

PEM

PLANO ESTRATÉGICO DA MARINHA

2040





*“Sou Marinheiro
e outra coisa não quero ser”*

*Almirante Joaquim Marques Lisboa
Marquês de Tamandaré
Patrono da Marinha*

MARINHA DO BRASIL

PLANO ESTRATÉGICO DA MARINHA PEM 2040



RESUMO

Apresenta os elementos conceituais e doutrinários de alto nível da Marinha do Brasil e respectivas Ações Estratégicas Navais que informam e consolidam o seu Plano Estratégico (PEM 2040). O Capítulo 1 disserta o ambiente marítimo e fluvial, sua importância e conceitos político-estratégicos que salientam a contribuição desse ambiente para a sobrevivência e prosperidade do Brasil. No Capítulo 2 constam as principais ameaças no mar e em águas interiores que poderão comprometer a Sobrevivência e a Prosperidade do Brasil. Na sequência, o Capítulo 3 elabora um conceito estratégico marítimo-naval que fornecerá elementos para a atualização da Doutrina Militar Naval, do Planejamento de Forças e dos planos setoriais decorrentes. No Capítulo 4 está o Mapa Estratégico da Marinha e respectivos Objetivos Navais, instrumento visual da orientação de alto nível, para que a Marinha, no cumprimento de sua Missão, alcance sua Visão de Futuro no horizonte de vinte anos (2020-2040). Por fim, o Capítulo 5 apresenta as Ações Estratégicas Navais decorrentes.

Marinha do Brasil (Brasil)

Plano Estratégico da Marinha (PEM 2040). Marinha do Brasil.
Estado-Maior da Armada, Brasília-DF: 2020.

88 p.: il. color.

ISBN 978-65-991468-0-0

1. Planejamento Estratégico. 2. Amazônia Azul. 3. Marinha do Brasil.
I. Estado-Maior da Armada. II. Amazônia Azul. III. Plano Estratégico
da Marinha.

CDU 355.43

Missão da Marinha

"Preparar e empregar o Poder Naval, a fim de contribuir para a Defesa da Pátria; para a garantia dos poderes constitucionais e, por iniciativa de qualquer destes, da lei e da ordem; para o cumprimento das atribuições subsidiárias previstas em Lei; e para o apoio à Política Externa."

"O Brasil espera que cada um cumpra o seu dever"

"Sustentar o fogo, que a vitória é nossa"



MENSAGEM DO COMANDANTE DA MARINHA

O Plano Estratégico da Marinha (PEM 2040) é um documento de alto nível, com o propósito de orientar o planejamento de médio e longo prazo, por meio de Objetivos Navais (OBNAV) organizados em uma cadeia de valores, orientados pela Visão de Futuro da Marinha do Brasil (MB). A partir da análise desses objetivos, são elaboradas as Ações Estratégicas Navais (AEN), que contribuirão para o alcance da Missão da Força.

Um documento dinâmico, que indica os rumos a seguir, devendo ser atualizado com base na gestão estratégica. O decisor estratégico define a prioridade das ações estratégicas, que devem ser alteradas sempre que ocorrerem mudanças de cenários, documentos condicionantes e objetivos estratégicos. Assim, o plano deve ser atualizado, sempre que necessário.

O Planejamento de Alto Nível da Marinha se consolida no PEM para a gestão eficaz de oportunidades e ameaças, levando em consideração pontos fortes e fracos da organização. É condicionado pelos documentos de alto nível da Defesa, tais como a Política Nacional de Defesa (PND), a Estratégia Nacional de Defesa (END), o Livro Branco de Defesa Nacional (LBDN) e a Política Marítima Nacional (PMN). Além disso, orienta os planejamentos decorrentes, tendo como farol o cumprimento da missão da MB.

O Plano Estratégico realista e com resultados mensuráveis é um excelente instrumento gerencial para a MB no estudo e na escolha de ações para a consecução dos OBNAV de forma eficiente e eficaz, sobretudo quando baseado em cenários prospectivos e integrado às metas e iniciativas do Plano Plurianual (PPA), de maneira a possibilitar a gestão com base em indicadores de resultados.

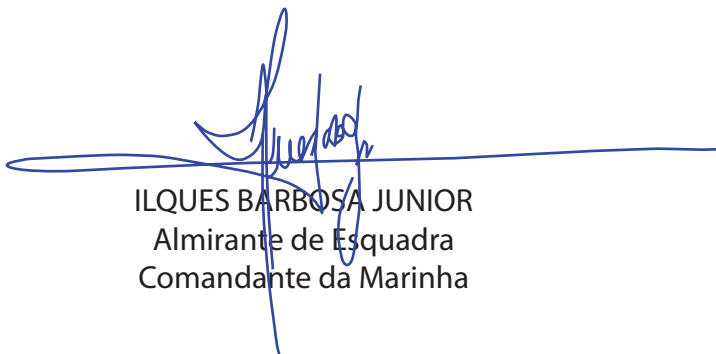
Na elaboração do PEM 2040, foram consideradas as capacidades que a MB deve adquirir e manter e a necessidade de integrar o planejamento estratégico ao orçamentário, além, sobretudo, a participação da sociedade e de órgãos governamentais.

Registro, assim, especial agradecimento a todos os civis e militares que, direta ou indiretamente, contribuíram para a elaboração deste Plano, após inúmeros ciclos de discussões e trabalhos. As habilidades, conhecimentos e profissionalismo dos colaboradores foram fundamentais para a conclusão desta Publicação.

Apresento, portanto, o PEM 2040, Força defensora dos interesses do Brasil no mar e hidrovias e braço militar do Poder Marítimo, de modo que a sociedade brasileira e todos os setores da MB disponham de um conjunto de conhecimentos para as respectivas tomadas de decisões e a condução de suas correspondentes gestões político-estratégicas.



Amazônia Azul – 5.7 milhões km² /
60.000 km de hidrovias


ILQUES BARBOSA JUNIOR
Almirante de Esquadra
Comandante da Marinha

ÍNDICE

Capítulo 01 - Ambiente Operacional 11

1.1 – Introdução.....	12
1.2 – Mar e Águas Interiores: Riquezas do Brasil.....	12
1.2.1 – O Poder Marítimo e a Vida da Nação.....	14
1.2.2 – Funções do Poder Marítimo.....	15
1.2.3 – Fatores Condicionantes.....	15
1.3 – Entorno Estratégico	18
1.3.1 – Oceanopolítica: Amazônia Azul	18
1.4 – Defesa Marítima: Sobrevivência e Prosperidade para o Brasil.....	19

Capítulo 02 - Ameaças 23

2.1 – Introdução.....	24
2.2 – Defesa da Soberania	24
2.3 – Pirataria	25
2.4 – Pesca Ilegal, Não Declarada e Não Regulamentada	25
2.5 – Acessos Ilegais a Conhecimentos: Fauna, Flora e Biopirataria.....	26
2.6 – Crime Organizado e Conflitos Urbanos	26
2.7 – Terrorismo.....	27
2.8 – Ameaças Cibernéticas	28
2.9 – Questões Ambientais, Desastres Naturais e Pandemias.....	28
2.10 – Disputa por Recursos Naturais	28

Capítulo 03 - Conceito Estratégico Marítimo-Naval33

3.1 – Introdução.....	34
3.2 – O Combate no Mar	35
3.2.1 – Princípios de Guerra.....	35
3.3 – O Combate pelo Mar	37
3.4 – Oportunidades de Diplomacia Naval	37
3.5 – Defesa Proativa e Reativa.....	40
3.5.1 – Requisitos para um Sistema Defensivo Proativo	40
3.6 – Defesa Marítima de Amplo Espectro	42

Capítulo 04 - Mapa Estratégico da Marinha47

4.1 – Introdução.....	48
4.2 – Planejamento Estratégico	48
4.3 – Planejamento Estratégico Militar	49
4.4 – Planejamento Estratégico da Marinha do Brasil.....	50
4.5 – Identidade Estratégica da Marinha do Brasil.....	50
4.5.1 – Missão	50
4.5.2 – Visão de Futuro.....	51
4.5.3 – Valores da Marinha	52
4.6 – Mapa Estratégico.....	54

Capítulo 05 - Ações Estratégicas Navais59

5.1 – Introdução.....	60
5.2 – Estratégias Navais e Ações Estratégicas Navais.....	62
5.2.1 – Perspectiva “Resultados para a Sociedade”	62
5.2.2 – Perspectiva “Processos”	68
5.2.3 – Perspectiva “Institucional”	78
5.3 – Programas Estratégicos da Marinha do Brasil	83
5.4 – Considerações Finais.....	85



Fragata Liberal realizando patrulha nas Águas Jurisdicionais Brasileiras

01

AMBIENTE OPERACIONAL





1.1 – INTRODUÇÃO

A ideia de um “pacifismo unilateral” dificulta a identificação de ameaças ao Brasil, como também é insustentável, quando constatamos as diversas formas de disputa que ocorreram – e ainda ocorrem – na história da civilização.

Na dinâmica e amplitude atuais de emprego do Poder Naval, constatamos a distância existente entre o “pacifismo unilateral” e a realidade daquelas ameaças que, direta ou indiretamente, exigem crescentes níveis de prontidão. Assim, é importante identificar as ameaças existentes ou potenciais ao Brasil e estimular o desenvolvimento de uma mentalidade de defesa na sociedade brasileira, de modo a destacar a importância das questões que envolvam antagonismos aos interesses nacionais, em todas as suas vertentes.

Nesse contexto, o ambiente operacional marítimo e fluvial caracteriza uma ampla porta de entrada, tanto para o intercâmbio de riquezas e obtenção de prosperidade, como para os perigos de toda a ordem, representados pelos diversos tipos de ameaças à sociedade existentes no mundo globalizado (estatais; criminosas; não convencionais; decorrentes de fenômenos da natureza; pandemias; disputas por recursos naturais, como água e minérios; mudanças climáticas; “ciberterrorismo” e o “bioterrorismo”).

Dessa forma, é importante considerar posicionamentos pautados em análises coerentes de situações político-estratégicas que envolvam os interesses nacionais e justifiquem o emprego das Forças Armadas (FA). Tais análises envolvem conceitos “oceanopolíticos”, como o Poder Marítimo e a Amazônia Azul, e também devem considerar o caráter dual do ambiente marítimo e fluvial, que poderá ser empregado como vetor para o desenvolvimento econômico e social ou arena para disputas políticas e militares.

Este capítulo tem o propósito de apresentar o ambiente operacional marítimo e fluvial, sua importância, bem como conceitos político-estratégicos que salientam a contribuição desse ambiente para o desenvolvimento e segurança do Brasil.

¹ A Elevação do Rio Grande é uma proeminente feição morfológica do Atlântico Sul, situada a cerca de 1.200 Km de Rio Grande-RS, com elevado potencial econômico, mineral e energético, o que lhe confere relevância estratégica.



Fragata União em operação na Amazônia Azul

1.2 – MAR E ÁGUAS INTERIORES: RIQUEZAS DO BRASIL

O mar e as vias navegáveis interiores são vitais para o Brasil. Nas Águas Jurisdicionais Brasileiras (AJB), o País possui direitos patrimoniais e de soberania que incluem o aproveitamento econômico de recursos até 200 milhas náuticas e, mais além, da extensão do solo e subsolo das áreas submarinas do País, definido pelos limites da Plataforma Continental. Estamos apontando uma área que, acrescida da Elevação do Rio Grande¹, abrange cerca de 5,7 milhões de km² e cerca de 60.000 quilômetros de hidrovias.





Assim, é importante dizer que o Brasil possui outra Amazônia no ambiente marinho, como veremos adiante.

A relevância dos oceanos e das bacias fluviais como elemento intercomunicador é estratégica: o País necessita exportar e importar bens, sendo que cerca de 90% do volume desse comércio é feito por via marítima. Ademais, a navegação de cabotagem, ou seja, pela costa brasileira, representa a solução de menor custo logístico e o seu subaproveitamento, em um país de dimensões continentais, significa desperdício em termos econômicos.

Inúmeras pesquisas, nos diversos campos das ciências, são conduzidas nos ambientes marítimo e fluvial. Ao mesmo tempo, nesses ambientes, temos o turismo, os esportes náuticos e o lazer das famílias. É necessário destacar que a quase totalidade das comunicações pela internet entre os continentes é realizada por meio de cabos de fibra ótica dispostos no fundo dos oceanos. A pesca, base de sustento de milhares de famílias, é outra importante atividade econômica, e as necessidades proteicas do brasileiro poderiam ser mitigadas pela ampliação do aproveitamento sustentável dessa atividade.

Ademais, cerca de 90% da produção nacional de hidrocarbonetos são explorados nas AJB. É largamente conhecido que o crescimento de um país está diretamente relacionado à produção de energia e, neste aspecto, o mundo contemporâneo vive uma dependência do petróleo. O Brasil passa por um momento único em sua história em função da descoberta de campos petrolíferos e de gás natural no Polígono do Pré-sal, que transformarão o País, em futuro próximo, num dos maiores produtores de hidrocarbonetos combustíveis do mundo. Portanto, esses recursos fósseis, além de representar uma grande riqueza, são um insumo crítico para a matriz energética nacional.

Destarte, é necessário sensibilizar a sociedade para a importância do mar e das águas interiores, por constituírem uma imensa fonte de recursos naturais e de biodiversidade. As AJB devem ser protegidas e preservadas, como patrimônio para as futuras gerações e para sua exploração socioeconômica sustentável.



Exploração de petróleo na Amazônia Azul



1.2.1 – O Poder Marítimo e a vida da Nação

É fundamental um conceito de Poder Marítimo que seja capaz de dimensionar seu papel dual, fundamental no crescimento da Nação, abrangendo tanto o aspecto produtivo/econômico quanto o dissuasório/militar:

"O Poder Marítimo é a projeção do Poder Nacional, resultante da integração dos recursos de que dispõe a Nação para a utilização do mar e das águas interiores, quer como instrumento de ação política e militar, quer como fator de desenvolvimento econômico e social, visando conquistar e manter os objetivos nacionais".

A integração de recursos, fator crítico para que essa expressão dual de poder se efetive, tem como condição necessária a interação sinérgica e harmonizada dos atores e organizações que constituem o Poder Marítimo, representados no infográfico a seguir.

Vale ressaltar que a experiência de interlocução nos assuntos marítimos proporcionada pela Comissão Interministerial para os Recursos do Mar (CIRM) é um exemplo de fórum colegiado de alto nível governamental a ser ampliado, em busca do fortalecimento do Poder Marítimo, cabendo agregar a contribuição de membros da sociedade nas discussões desse fórum.

Nesse contexto do Poder Marítimo, a Autoridade Marítima, exercida pelo Comandante da Marinha, tem como uma de suas principais atribuições "contribuir para a formulação de políticas nacionais que digam respeito ao Mar, em especial a Política Marítima Nacional (PMN)".

Em síntese, a Marinha Mercante, a infraestrutura marítima e hidroviária, a Base Industrial de Defesa (BID), a indústria naval, o setor pesqueiro, as organizações de pesquisa científica e os meios de exploração dos recursos econômicos do mar, entre outros setores, exercem papel fundamental para a economia como indutores do desenvolvimento nacional.

ELEMENTOS DO PODER MARÍTIMO:





1.2.2 – Funções do Poder Marítimo

A importância do mar e hidrovias evoca duas funções clássicas da atuação humana sobre os espaços marítimos e fluviais, a saber:

– **Intercomunicação** – abrange tanto o transporte, congregando diversos atores e atividades relacionadas ao binômio “porto-navio”, como também contempla elementos e tecnologias contemporâneas que utilizam o mar e as hidrovias como meio de comunicação digital, notadamente por intermédio de cabos submarinos de fibra ótica.

– **Defesa marítima e ribeirinha** – as linhas de comunicação marítimas e fluviais sempre demandaram proteção, o que corresponde aos meios do Poder Naval, operacionalizado pela MB, e à indústria de defesa para o aprestamento desse poder.

O desenvolvimento tecnológico possibilitou o surgimento de mais duas funções do Poder Marítimo:

– **Pesquisa** – congrega as atividades de produção de conhecimento de caráter científico-tecnológico nos espaços marítimos e fluviais, induzindo futuros aproveitamentos econômicos em prol do desenvolvimento nacional. Em uma visão prospectiva de poder, é importante pensar, além dos recursos, também nos interesses que a Nação detém para a efetivação do Poder Marítimo. Nesse sentido, as áreas marítimas – como a Elevação do Rio Grande, que compõe geomorfológicamente a Plataforma Continental brasileira – representam um patrimônio a ser estudado e aproveitado, o que pressupõe a sua adequada proteção.

– **Exploração** – tal função desponta no presente século e corresponde à extração de recursos marinhos e fluviais, vivos e não-vivos, para aproveitamento econômico. Cumpre destacar que a oferta interna de energia depende, em grande medida, do Brasil marítimo, pois cerca de 45% da energia produzida no Brasil advém de hidrocarbonetos (petróleo e gás) explorados no mar.

Na interdependência das funções do Poder Marítimo,

a Defesa Marítima deverá receber a contribuição de parte dos ganhos obtidos pelas demais funções, com destaque para a exploração, conforme orientação da Política Naval para busca de recursos extra-orçamentários.

1.2.3 – Fatores Condicionantes

São variáveis com grande capacidade de influenciar o Poder Marítimo, sendo apresentadas as mais relevantes para a efetivação desse poder:

– **Mentalidade Marítima** – o Poder Marítimo deve acrescentar a sua base material, elementos imateriais e de natureza psicológica, como o caráter do povo e do governo. Tal concepção está relacionada à mentalidade do principal elemento constituinte do Poder Marítimo, o homem do mar e, em um nível mais amplo, da sociedade em geral, com destaque para a classe dirigente do Estado.

Nesse sentido, a mentalidade marítima – elemento intangível que deve ser fomentado na sociedade brasileira e fortalecido nos atores marítimos – consiste no grau de conscientização da sociedade e dos decisores governamentais sobre a importância do Poder Marítimo e de seus elementos constituintes para a vida da Nação, bem como o sentimento de pertencimento dos homens e mulheres à comunidade marítima brasileira, cuja interação sinérgica favorece a ampliação desse Poder em prol dos interesses nacionais.

No contexto da aptidão dos povos para o mar, o Brasil deve a existência de suas instituições marítimas, em boa medida, à tradição e cultura herdada dos colonizadores lusitanos, com destaque para a Escola de Sagres, impulsionada pelo Infante Dom Henrique, o Navegador.

Diante desse legado e da conjuntura política e social nacional, é que devemos compreender o amplo campo de atuação da MB nos assuntos marítimos e fluviais. Além de constituir, precipuamente, o braço militar do Poder Marítimo, detém a responsabilidade legal de exercer a Autoridade do Estado no mar, orientando o preparo e o emprego do Poder Marítimo.





A dificuldade em criar e manter uma mentalidade marítima é comum mesmo em Estados costeiros. Vale notar, no entanto, que o País tem razões estratégicas irrefutáveis para fortalecer o Poder Marítimo e torná-lo compatível com sua estatura político-estratégica. Para ficar em duas dessas razões, temos a atual dependência da energia *offshore* e a função de intercomunicação do Atlântico Sul.

– **Capacidade de financiamento** – temos, ainda, a estreita dependência entre a disponibilidade de capital e a intensidade dos empreendimentos marítimos, ressaltando que Estados Continentais sem mentalidade marítima dependem, em grande medida, de apoio estatal até que as atividades marítimas assumam uma dinâmica e intensidade que estimulem a iniciativa privada.

– **Necessidade de desenvolvimento sustentável** – no presente século, são inaceitáveis atividades, sem medidas adequadas de preservação, que acabem por degradar os recursos vivos e o meio ambiente marinho. Portanto, tal fator é primordial para um Poder Marítimo sustentável e respeitado pela sociedade e comunidade internacional. O esgotamento de recursos vivos e não vivos nos espaços marítimos

deve ser considerado, mas, por outro lado, o excesso de medidas restritivas à atividade econômica no mar pode inviabilizar o desenvolvimento de um Poder Marítimo consolidado e forte, o que pressupõe um grau satisfatório de desenvolvimento. Nesse diapasão, o equilíbrio pela via do ordenamento deve ser a meta a alcançar. Para tal, o gerenciamento do espaço costeiro se faz necessário, orientando e harmonizando as diversas ações sustentáveis que podem ser feitas no mar – como a exploração da biotecnologia, geração de energias limpas, aquicultura, turismo, esportes náuticos e lazer.

– **Capacidade de mobilização** – a capacidade de mobilização é aferida pelo grau de aptidão que tem uma nação para, em tempo adequado, passar de uma situação de paz para a de conflito, com o máximo de eficácia e o mínimo de transtornos para a vida nacional.

Dentro dessa moldura, o Sistema de Mobilização Marítima (SIMOMAR), que faz parte do Sistema Nacional de Mobilização (SINAMOB), previsto na Estratégia Nacional de Defesa (END), está inserido como instrumento básico para o propósito almejado. Constitui, assim, uma ferramenta indispensável para



Comércio marítimo (Porto de Santos)





sedimentar, como atividade rotineira, a antevisão da gama de ações a serem empreendidas em situação de normalidade, a fim de proporcionar a necessária elasticidade à capacidade de mobilização de recursos humanos e logísticos e de aumentar o poder dissuasório e defensivo da MB, de forma célere e compulsória, para se contrapor a uma agressão ou situação de crise.

– **Capacidade Tecnológica e Industrial** – nenhum Estado pode prescindir de capacidade tecnológica

e industrial para o seu desenvolvimento marítimo, o que indiretamente estimula a demanda por matérias-primas e disponibiliza produtos para comercialização, fornecendo o sustentáculo material para as empreitadas náuticas. Em face da importância estratégica da Ciência, Tecnologia e Inovação (CT&I), a intervenção dos governos no seu desenvolvimento é crescente na maioria dos países, para compor a “tríplice hélice”, em conjunto com a Academia e as empresas.



Estaleiro de construção na Base de Submarinos da Ilha da Madeira (BSIM)





1.3 – ENTORNO ESTRATÉGICO

Diante do entorno estratégico definido na PND, cumpre destacar que a Política Naval atribui prioridade ao Atlântico Sul, compreendido pelos seguintes limites geoestratégicos: ao Norte, o paralelo 16° N; ao Sul, o Continente Antártico; a Leste, pelo litoral da África Ocidental; e ao Oeste, pela América do Sul. O limite de 16° N tem o propósito de englobar três importantes áreas: a que abrange o espaço entre os salientes nordestino e o ocidental africano, o Mar do Caribe e o litoral brasileiro do hemisfério Norte.

Complementarmente, a END estabelece Estratégias de Defesa e Ações Estratégicas de Defesa, destacando duas áreas marítimas que merecem atenção especial, sob o ponto de vista da necessidade de controlar o acesso marítimo ao Brasil. São elas: a faixa entre Santos e Vitória e a área marítima em torno da foz do rio Amazonas.

No lado brasileiro do Atlântico Sul, tem destaque uma grande área marítima sob jurisdição nacional: a Amazônia Azul.

1.3.1 – Oceanopolítica: Amazônia Azul

A Oceanopolítica, disciplina geopolítica em sentido amplo, consiste na ciência contemporânea que envolve o Estado como elemento central para a adoção de decisões soberanas, considerando a influência

dos espaços oceânicos e fluviais sobre o destino de sua população, assim como nas relações de poder com outros Estados e demais atores internacionais. Sua principal utilidade consiste em assessorar o estamento político sobre as peculiaridades e a influência do mar e das bacias fluviais no ciclo de vida do Estado.

A Oceanopolítica, por atuar em um ambiente diverso do terrestre, desenvolve uma série de conceitos decorrentes de ordenamento jurídico próprio, de estudos voltados para o emprego de sistemas hidroviários e portuários, atividades pesqueiras e de recursos naturais existentes no mar e hidrovias, da mentalidade marítima e das conexões comerciais, históricas e culturais com outros Estados.

Em decorrência dos grandes espaços marítimos e fluviais nos quais o Brasil detém interesses, há necessidade de focalizar os esforços do Poder Naval. Em uma primeira aproximação, alcança a importância do Atlântico Sul, região marítima contida no entorno estratégico brasileiro. No lado ocidental desse oceano, sobressai a Amazônia Azul, de dimensões comparáveis às da Amazônia, onde o Brasil detém direitos de soberania para aproveitamento econômico dos recursos naturais, quer existentes na massa líquida ou no subsolo marinho. Essa ideia-força congrega as AJB, que representam um patrimônio de alta relevância para a Nação.



Entorno Estratégico Brasileiro





A Amazônia Azul é um conceito político-estratégico que vem sendo divulgado pela MB, com o objetivo de alertar a sociedade e demais instituições nacionais sobre a importância desse espaço marítimo e fluvial sob jurisdição nacional, à luz dos direitos e deveres estabelecidos na Terceira Convenção das Nações Unidas sobre o Direito no Mar (CNUDM III). Sua abordagem apresenta quatro vertentes, a saber:

– **Soberania** – vinculada às atribuições da Marinha do Brasil, que representa a autoridade do Estado e tutela o uso da força no mar. As ameaças multifacetadas e híbridas da atualidade conferem aos espaços marítimos um elevado nível de envolvimento com a segurança nacional. Os oceanos são espaços naturais de poder nas relações internacionais.

– **Científica** – trata das potencialidades de pesquisa e desenvolvimento tecnológico, aos desdobramentos econômicos das aplicações da biodiversidade marinha e à necessidade de preservação de conhecimentos sobre o ambiente marítimo, que podem, também, ser empregados por forças navais na defesa dos interesses dos respectivos Estados.

– **Ambiental** – assume uma posição que suplanta o viés regulatório, pois além da continuidade dos espaços oceânicos e da mobilidade das correntes marinhas ampliarem a possibilidade de introdução e dispersão de espécies não nativas e a exploração comprometedora do ambiente marinho, inclui as capacidades de monitoramento e de combate à poluição, tanto acidental como proposital. Ao mesmo tempo, exerce um papel construtivo de acordos pela relevância que essa temática vem assumindo no âmbito internacional.

– **Econômica** – relacionada ao desenvolvimento nacional, baseada nas riquezas de recursos vivos e não vivos nas Águas Jurisdicionais Brasileiras e na importância do transporte marítimo para o comércio exterior. A projeção econômica para o mar tem relevância histórica na inserção das potências marítimas no concerto das nações.

1.4 – DEFESA MARÍTIMA: SOBREVIVÊNCIA E PROSPERIDADE PARA O BRASIL

Neste capítulo, introduzimos a importância que o comércio, a navegação, as linhas de comunicação e as hidrovias interiores, os portos, o transporte, a energia, a pesca, o turismo, a recreação náutica, a exploração de minerais e a indústria naval representam para a Nação brasileira, que carece de uma defesa marítima de amplo espectro.

Na função de defesa desempenhada pelo Poder Marítimo estão presentes, além da defesa naval clássica contra ameaças estatais, as vertentes *safety* e *security* de segurança marítima. Na primeira acepção de segurança (*safety* - Segurança do Tráfego Aquaviário), o Poder Naval, dentro de suas atribuições subsidiárias particulares, na esfera da Autoridade Marítima, atua para que o tráfego seguro de embarcações seja realizado conforme as leis e as normas vigentes, por intermédio de inspeções e vistorias, prevenindo a poluição hídrica e a ocorrência de acidentes e incidentes de navegação; provê dados fidedignos para a navegação segura e realiza operações de busca e salvamento no mar aberto, entre outras atividades. Na segunda vertente (*security* - Proteção Marítima), ocorre o emprego coercitivo do Poder Naval, geralmente com a participação de outros órgãos governamentais contra variados tipos de ilícitos e quaisquer outras ameaças.

A preparação da Defesa Marítima é um seguro obrigatório para o Brasil. O mundo vive uma era marcada por incertezas e, para fazer frente a esses complexos desafios, o Poder Naval, parte integrante e indissociável do Poder Marítimo, deverá estar em condições de atuar na defesa da soberania, do patrimônio e dos interesses nacionais. Também deverá aproveitar as oportunidades de aplicação da Diplomacia Naval, conforme será evidenciado nos próximos capítulos.

Visto o ambiente operacional no qual a Marinha do Brasil se insere, passaremos a discorrer sobre as ameaças ao Brasil.





Navio Doca Multipropósito Bahia em operação na Amazônia Azul



PONTOS - CHAVE

- ⚓ O mar e as hidrovias são vitais para a sobrevivência e prosperidade do Brasil, tanto pelo aproveitamento econômico de recursos nesses espaços, com destaque para a produção energética, como pela conexão mundial em prol de nosso comércio exterior.
- ⚓ A sociedade brasileira deve perceber o nosso entorno estratégico, que inclui o Atlântico Sul, como um ambiente onde nossa soberania e interesses no mar podem ser afetados por conflitos com outros Estados e ameaças multifacetadas, tais como terrorismo, pandemia, pirataria, crimes transnacionais e desastres ambientais.
- ⚓ O Poder Marítimo dual resulta da integração dos recursos de que dispõe a Nação para a utilização do mar e hidrovias como instrumento de ação político-militar e como fator de desenvolvimento socioeconômico. Tal integração demanda sinergia dos atores que compõem esse poder, cabendo o desenvolvimento de fóruns colegiados de alto nível governamental, como a CIRM, que preveem a contribuição de membros da sociedade marítima.
- ⚓ A mentalidade marítima consiste no grau de conscientização da sociedade e dos decisores governamentais sobre a importância do Poder Marítimo e de seus elementos constituintes para a vida da Nação, bem como o sentimento de pertencimento dos homens e mulheres do mar à comunidade marítima brasileira, cuja interação sinérgica favorece a ampliação desse Poder em prol dos interesses nacionais.
- ⚓ O Poder Marítimo está relacionado à intercomunicação e à defesa, e também à pesquisa e exploração – com destaque, no Brasil atual, para o setor petrolífero *offshore* no Pré-sal. Dada a interdependência entre elas, essas duas novas funções poderão, dentre as diversas possibilidades, contribuir com recursos para o financiamento da defesa marítima e ribeirinha.
- ⚓ A principal área de atuação do nosso Poder Marítimo é a Amazônia Azul, situada no Atlântico Sul, conceito “oceanopolítico” que congrega as AJB, sem descuidar de nossas hidrovias, à luz dos direitos e deveres estabelecidos na CNUDM III. Essa área deve ser abordada nas vertentes Soberania, Científica, Ambiental e Econômica.
- ⚓ O Poder Marítimo deve prover uma defesa de amplo espectro para os interesses marítimos nacionais. Além da defesa naval clássica contra atores estatais, deve também garantir a segurança (*security*) desses interesses contra ilícitos e ameaças dinâmicas e multifacetadas. Da mesma forma, em outra acepção de segurança (*safety*), deve salvaguardar a vida humana no mar e o tráfego seguro de embarcações e, adicionalmente, contribuir para a proteção do meio ambiente.





Fragata Classe Niterói em exercício de manobras táticas com o Navio Capitânia da Esquadra

A large aircraft carrier, specifically the USS Zumwalt (DDG 1000), is shown sailing on the ocean. The ship is white with a dark hull. The number 'A140' is visible on the side of the superstructure. The ship is moving from left to right, leaving a white wake behind it. The sky is overcast and grey. A large, semi-transparent green rectangle is overlaid on the center of the image, containing the text '02' and 'AMEAÇAS'.

02

AMEAÇAS



2.1 – INTRODUÇÃO

O dinamismo das relações internacionais e a conjuntura oceanopolítica impõem um aprimoramento contínuo de capacidades para o enfrentamento dos complexos desafios que, na atualidade, estão presentes em função de novas e antigas formas de combate e ameaças.

O fato de os oceanos estarem conectados, permitindo uma maior aproximação entre zonas de interesse, faz com que os grandes atores internacionais tenham facilidade em exercer significativa influência no entorno estratégico brasileiro.

No “xadrez oceanopolítico” internacional, a gama de atores e interesses envolvidos exigem criteriosa e contínua análise, de modo a estarmos sintonizados adequadamente às capacidades necessárias para a correta contribuição ao planejamento estratégico nacional.

Nesse conflitivo contexto, algumas áreas marítimas estão sendo envolvidas em fenômenos “oceanopolíticos” denominados de “territorialização”², a despeito da CNUDM III. Ações sob diversos matizes têm sido adotadas neste início de século, como algumas de caráter simbólico, com referência aos antigos “marcos”³, como a fixação de bandeiras no fundo marinho.

Há ainda casos em que países buscam legitimar seus domínios sob o manto da preservação ambiental, criando áreas marinhas protegidas em regiões localizadas fora de suas águas jurisdicionais e estabelecendo o controle de sua exploração econômica.

Esse processo de “territorialização” tem se propagado, fazendo com que, aos poucos, questões de direito e deveres venham sendo reivindicadas sobre parcelas do alto mar, região sem jurisdição nacional, conforme explicita a CNUDM III. Até mesmo ilhas vêm sendo criadas, sob controvérsias internacionais, implicando em novas áreas de jurisdição, com elevado potencial econômico.

Como as disputas entre os Estados e demais atores do sistema internacional decorrem de conflitos de interesses, mesmo quando sob o disfarce de nobres alegações, o crescente significado econômico do mar para o Brasil implica, necessariamente, o reconhecimento de que nele existem problemas afetos à Defesa Nacional.

Em um cenário político-estratégico e econômico dinâmico que contém ameaças, assumem elevada relevância para o preparo e o emprego do Poder Naval o “Conhecimento” e a “Ciência, Tecnologia, Inovação e Engenharia”. A partir dessas bases, devemos estar sempre prontos a atuar, como previsto no ordenamento jurídico nacional, em defesa dos interesses da nossa Pátria, nos espaços oceânicos, pantaneiro, amazônico, antártico ou, ainda, sob a égide de organismos internacionais.

A conjuntura internacional, caracterizada por um ambiente de incertezas que gera tensões e instabilidades, faz com que nosso País possa ser envolvido em tais interações. Dessa forma, sem a pretensão de esgotar o assunto, serão comentadas, neste capítulo, as principais ameaças aos interesses nacionais no mar e em águas interiores que poderão comprometer o desenvolvimento da Nação.



Navio-Patrolha Oceânico Araguari

2.2 – DEFESA DA SOBERANIA

A proteção de um povo e seu patrimônio deve estar respaldada por uma adequada preparação das capacidades necessárias para o enfrentamento de ameaças que ponham em risco seus objetivos.

A defesa de nossa soberania deve considerar, por

² Fenômeno que representa a busca de poder pelos Estados sobre os espaços marítimos.

³ Sinal que registra um limite, baliza ou fronteira.





exemplo, a possibilidade de que as instalações de produção de energia sejam enquadradas como alvos durante conflitos, em virtude de serem vitais para a manutenção do esforço de qualquer país beligerante.

Como ameaça à soberania nacional, existe, além da possibilidade de ataque vindo do mar ao território nacional, a possibilidade de o País ser pressionado pela presença de uma potência naval superior com capacidade de prejudicar o tráfego marítimo, o abastecimento e o comércio brasileiro. O histórico passado de invasões ao território brasileiro e a ameaça submarina em duas guerras mundiais e durante a Guerra Fria servem como lição para que o País esteja preparado para dissuadir agressões.

2.3 – PIRATARIA

No Atlântico Sul, os ataques piratas têm se concentrado, por ora, na margem africana, em regiões como o Golfo da Guiné, que faz parte do entorno estratégico brasileiro definido na PND, demandando, por isso, uma política externa com maior participação e cooperação nos assuntos relacionados à região. A pirataria consiste em um ilícito que, historicamente,

vem atingindo a navegação e o comércio internacionais. Modernamente, com o incremento da atividade *offshore*, principalmente no litoral de países com graves problemas socioeconômicos, têm ocorrido, cada vez mais, casos de pirataria contra instalações e estruturas petrolíferas no mar. Nesse sentido, devemos ter em mente que ações desse tipo no Brasil, com a imobilização de infraestruturas críticas marítimas do País, como as instalações *offshore*, impõem a existência de uma presença naval crível nas AJB.

2.4 – PESCA ILEGAL, NÃO DECLARADA E NÃO REGULAMENTADA

Atualmente, a pesca ilegal (predatória) provoca um custo mundial da ordem de 23 bilhões de dólares ao ano, o que corresponde a um peixe em cada cinco capturados. Somente na América Latina e Caribe, em países situados no entorno estratégico brasileiro, 2,4 milhões de pessoas vivem diretamente da pesca e aquicultura e são afetadas por essa atividade ilícita⁴. Ademais, tal atividade, além de drenar as economias dos países costeiros, degrada o meio ambiente e a biodiversidade marinha.



Fragata Constituição patrulhando a Zona Econômica Exclusiva

⁴ Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO), 2018.





Adicionalmente, ocorre um esforço global para a criação de uma rede de combate à pesca ilegal, incluindo a não declarada e a não regulamentada, que contemplaria dispositivos legais e regulamentos internacionais, os quais requerem um aparato de fiscalização marítimo adequado do Brasil e os necessários investimentos para coibir tal ilicitude, em áreas distantes como a Zona Econômica Exclusiva referente às ilhas de Martim Vaz, Trindade e o Arquipélago de São Pedro e São Paulo.

2.5 – ACESSOS ILEGAIS A CONHECIMENTOS: FAUNA, FLORA E BIOPIRATARIA

Devemos estar preparados para impedir acessos de agências de inteligência de outros Estados a empresas e instituições que detêm conhecimentos científicos de caráter estratégico nas AJB. Tais organizações também podem contratar agentes por interesses alheios, para obter informações da fauna e flora das Amazônias Azul e Verde e do Pantanal, atividades estas relacionadas à biopirataria.

Nesse contexto, o Brasil deve estar preparado para, em uma era em que o conhecimento assume grande valor, evitar acessos indevidos, desempenhando um grande esforço de contrainteligência e fiscalização com o objetivo de preservar os interesses nacionais.

2.6 – CRIME ORGANIZADO E CONFLITOS URBANOS

Nas fronteiras terrestres existem forças hostis e movimentos adversos que podem tráfegar em nosso território utilizando as hidrovias, principalmente para fins de logística e de comércio ilegal. Tal fato representa motivo de preocupação com a segurança de importantes hidrovias, onde também ocorre a navegação internacional.

Nesse sentido, têm destaque crimes ambientais, tráfico de drogas, armas e seres humanos, flagelos que realimentam a violência urbana e adoecem a sociedade brasileira, requerendo uma atuação firme e inteligente do Estado nas fronteiras marítimas e fluviais.

Organizações criminosas no Brasil, voltadas, predominantemente, para o tráfico de drogas e

armas, têm potencial de ameaça à exploração e às vias marítimas e fluviais, com capacidade de comprometer infraestruturas críticas. Assim, como tal devem ser consideradas, tanto no litoral brasileiro, como nas hidrovias. O Atlântico Sul vem sendo empregado como rota do tráfico de drogas.

Ao seu turno, o vandalismo seria distinguido do terrorismo por não atentar diretamente contra a vida humana, uma vez que sua motivação principal é a de provocar danos em ativos, independentemente do fato de serem propriedade pública ou privada.

Contudo, o uso de qualquer ato de força contra uma infraestrutura crítica deve ser considerado uma ameaça. Manifestações contrárias à produção de petróleo e gás podem interromper, ainda que temporariamente, a produção de uma plataforma ou terminal, causando um considerável prejuízo ao País. Também podem ocorrer interferências no bom funcionamento das plataformas e terminais *offshore*. A interferência indesejada na operação das instalações portuárias é ameaça que compromete a segurança, podendo ser caracterizada como um distúrbio civil.

Grandes deslocamentos populacionais, especialmente em situações de crise e/ou comprometimento da estabilidade política, costumam ser acompanhados de elevação da criminalidade nos locais de destino, resultado da grande massa de pessoas sem local de permanência fixo, da falta de emprego e de divergências culturais. Tal fato demanda a necessidade de um rigoroso processo de controle e acompanhamento de imigrantes em território nacional, com a eventual gestão de campos para refugiados próximos à fronteira, cadastramento, triagem da entrada de imigrantes etc.

Nesse diapasão, as fronteiras possuem grande relevância, posto que sua porosidade favorece um fluxo descontrolado de pessoas provenientes do entorno estratégico brasileiro. Assim, seu patrulhamento e controle devem ser objeto de atenção constante por parte das autoridades públicas, demandando atuação permanente das FA.





2.7 – TERRORISMO

O terrorismo alcançou nível mais elevado, na agenda de segurança internacional, desde o “atentado de 11 de setembro” nos Estados Unidos. Após esse episódio, analistas de segurança marítima depreenderam que, da mesma forma que fizeram no ambiente aéreo, terroristas poderiam empregar meios marítimos para perpetrar ataques.

Os ataques por intermédio de aeronaves remotamente pilotadas (ARP) denotam, também, a plausibilidade desse tipo de ação adversa contra alvos no mar. Em 2019, no Oriente Médio, tais ações interromperam a produção de 5,7 milhões de barris de petróleo por dia, o equivalente a 5% da produção mundial.

Ademais, o emprego de embarcações como ferramenta para ações terroristas deve ser considerado, danificando estruturas estratégicas como pontes, reservatórios, instalações offshore de óleo e gás. Devemos estar atentos à possibilidade de lançamento proposital de materiais poluentes no mar, prejudicando o meio ambiente marinho e a economia de regiões litorâneas, principalmente, voltadas para o turismo e a pesca.

Para o Brasil, o pior cenário é deixar de estar preparado adequadamente e de forma antecipada contra ações terroristas.

A sabotagem, que nem sempre decorre de motivações políticas como o terrorismo, pode causar graves danos econômicos e ambientais, sendo uma ameaça que não pode ser descartada, inclusive em combinação com as demais.

Em virtude da acelerada evolução científica e tecnológica, a existência, no cenário internacional, de armas de destruição em massa com o uso de agentes biológicos, nucleares, químicos e

radiológicos (BNQR) tem sido constatada. Portanto, a possibilidade de essas armas serem empregadas em atos terroristas ou de sabotagem deve ser admitida. Assim, é necessário que forças navais, aeronavais e de fuzileiros navais estejam em condições de cumprir tarefas no âmbito da Defesa BNQR. Seja no mar ou em bases em terra, a ação de grupos terroristas ou atividades criminosas exigem que essas forças estejam preparadas para as tarefas de evitar, reduzir ou eliminar os efeitos produzidos pelos agentes BNQR.



Fuzileiro Naval em exercício de operações especiais



2.8 – AMEAÇAS CIBERNÉTICAS

O desenvolvimento e a difusão mundial da tecnologia digital têm alterado significativamente a vida da sociedade moderna.

O espaço cibernético, onde inexitem fronteiras físicas, permeia todos os setores (marítimo, terrestre, aéreo e espacial) e é considerado um teatro de operações, em que a atribuição da responsabilidade de uma ação é difícil de ser totalmente confirmada. Nesse contexto, sobressai a possibilidade de ataques cibernéticos a infraestruturas críticas marítimas, capazes de tornar essas instalações indisponíveis.

Cumprе acrescentar que tais ameaças provêm de criminosos e que possíveis ações cibernéticas de origem estatal estão em cena desde o início deste século, caracterizadas, principalmente, como sabotagem digital em desenvolvimentos indesejados e implantação de circuitos ou programas maliciosos em sistemas importantes, para posterior acionamento.

2.9 – QUESTÕES AMBIENTAIS, DESASTRES NATURAIS E PANDEMIAS

A questão ambiental tem pautado diversos fóruns internacionais e merece ser analisada em suas distintas frentes. A primeira delas é a ocorrência de crimes ambientais, que podem ter repercussão prolongada e negativa, como ocorreu no vazamento de óleo na costa brasileira em 2019.

O segundo é seu aspecto econômico. Desastres ambientais são uma forte ameaça à economia, devido à degradação das fontes de arrecadação pelo turismo, pelos custos que impõem à saúde pública ou, ainda, pelas restrições operacionais que geram em determinadas áreas marítimas.

O terceiro tem uma dimensão oceanopolítica: o risco

crescente de ingerência estrangeira com respaldo de uma opinião pública internacional comprometida com o meio ambiente.

Cabe citar, ainda, fenômenos climáticos como enchentes, tsunamis e vendavais, que ameaçam a sobrevivência humana e, especialmente, no caso do ambiente operacional marítimo, com suas condições austeras, a eficiente atividade de salvaguarda da vida humana no mar para socorro das pessoas e salvamento de patrimônio.

Adicionalmente, temos as pandemias provocadas por doenças infectocontagiosas, como o COVID-19, a dengue e a gripe suína (H1N1). São flagelos que afetam sobremaneira a sociedade e exigem o pronto enfrentamento, sob pena de provocar perdas de vidas e graves prejuízos econômicos.

2.10 – DISPUTA POR RECURSOS NATURAIS

A América do Sul, a Antártica e a África ocidental detêm significativas reservas de recursos naturais. Nesse entorno estratégico, com foco no Atlântico Sul, é indispensável a consolidação da região como Zona de Paz e Cooperação (ZOPACAS)⁵, a fim de evitar interferência de interesses ilegítimos. Motivações políticas, conflitos sociais, interesses de grupos econômicos e até de cunho étnico e religioso trazem, como questão subjacente, a busca por energia, água, minerais raros e espaço geográfico.

Nesse sentido, os espaços marítimos tornaram-se objeto de disputa entre Estados, paradoxalmente acentuada. Os conflitos armados, agora híbridos⁶, nos quais se dissimulam os autores das agressões e os reais interesses, ainda não foram abolidos das relações internacionais, tendo a disputa por recursos como um forte fator motivador.

No cenário atual, é imperiosa uma rigorosa prontidão dos Sistemas de Defesa, o que envolve tanto as

⁵ Estabelecida em 1986 por Resolução da Assembleia Geral das Nações Unidas, a ZOPACAS integra 24 países litorâneos ao Atlântico Sul, sendo um fórum de concertação que busca criar condições para que as rivalidades extra-regionais não venham afetar as relações econômicas e políticas nesse espaço geopolítico.

⁶ Combinação de múltiplas ferramentas de guerra convencional e não convencional, como, por exemplo, o arranjo de ações de forças regulares, forças especiais, forças irregulares, apoio a manifestações locais, guerra de informação, diplomacia, ataques cibernéticos e guerra econômica.





Forças Armadas, como os demais segmentos da sociedade brasileira, de modo a ser alcançado o contínuo fortalecimento de todas as vertentes da soberania nacional.

Assim, após análise das possíveis ameaças existentes nos espaços marítimos e fluviais brasileiros, passamos a apresentação de uma conceituação marítimo-estratégica para enfrentá-las.



Trabalho coordenado de militares e do IBAMA na remoção de resíduos de óleo



Navio Aeródromo Multipropósito Atlântico realizando Operações Aéreas



PONTOS - CHAVE

- ⚓ Os espaços marítimos, em decorrência das riquezas que contêm, tornaram-se objeto de intensa disputa na conjuntura contemporânea.
- ⚓ A presença de uma potência naval superior no Atlântico Sul, com capacidade de paralisar o tráfego marítimo, o abastecimento e o comércio brasileiro representa uma ameaça à soberania nacional.
- ⚓ No Atlântico Sul, ações de pirataria têm se concentrado na margem africana, em regiões como o Golfo da Guiné, que faz parte do entorno estratégico brasileiro. Tais ações demandam um Poder Naval forte e maior participação e cooperação do Brasil no Atlântico Sul, por intermédio de maior valorização da ZOPACAS como instrumento de política externa para fortalecer a dissuasão estratégica.
- ⚓ Organizações criminosas podem ameaçar a exploração e as vias marítimas e fluviais. Assim, por existirem no Brasil organizações desse tipo e por elas possuírem a capacidade de comprometer infraestruturas críticas, a ocorrência dessas ameaças no litoral e nas hidrovias deve ser considerada.
- ⚓ Atualmente, ocorre um esforço global para a criação de uma rede de combate à pesca ilegal, (predatória) não declarada e não regulamentada, que contemplaria dispositivos legais, os quais requerem o aparato fiscal marítimo e fluvial adequado do Brasil e os necessários investimentos para o impedimento de tal ilicitude.
- ⚓ O terrorismo tem estado na agenda de segurança internacional desde o “Atentado de 11 de setembro”. A possibilidade de ocorrência de sua vertente marítima é uma ameaça ao Brasil.
- ⚓ Na oceanopolítica, a questão ambiental é discutida em escala mundial, sendo pautada em diversos fóruns internacionais. Vazamentos de óleo na costa brasileira, como o ocorrido no litoral nordestino, evidenciam que crimes ambientais podem ter uma repercussão duradoura no tempo e bastante negativa em amplos aspectos da vida nacional.
- ⚓ O espaço cibernético não possui fronteiras físicas, permeia todos os setores (marítimo, terrestre, aéreo e espacial) e é considerado um teatro de operações militares. A vulnerabilidade nesse espaço é uma ameaça contemporânea a ser enfrentada.





Exercício de *Leap Frog* entre o NAM Atlântico e o Navio de Desembarque de Carros de Combate Almirante Saboia



03

**CONCEITO
ESTRATÉGICO
MARÍTIMO-NAVAL**



3.1 – INTRODUÇÃO

Como forma de orientação das ações estratégicas navais formuladas neste plano, foi elaborado um conceito estratégico marítimo-naval que fornecerá elementos para a atualização da DMN⁷, do Planejamento de Forças e dos planos setoriais decorrentes.

Neste capítulo, deve ser considerada a estratégia numa acepção predominantemente militar, como arte ou ciência de emprego do poder em prol de objetivos políticos, enfrentando óbices e antagonismos de toda ordem, não restritos àqueles de caráter estatal.

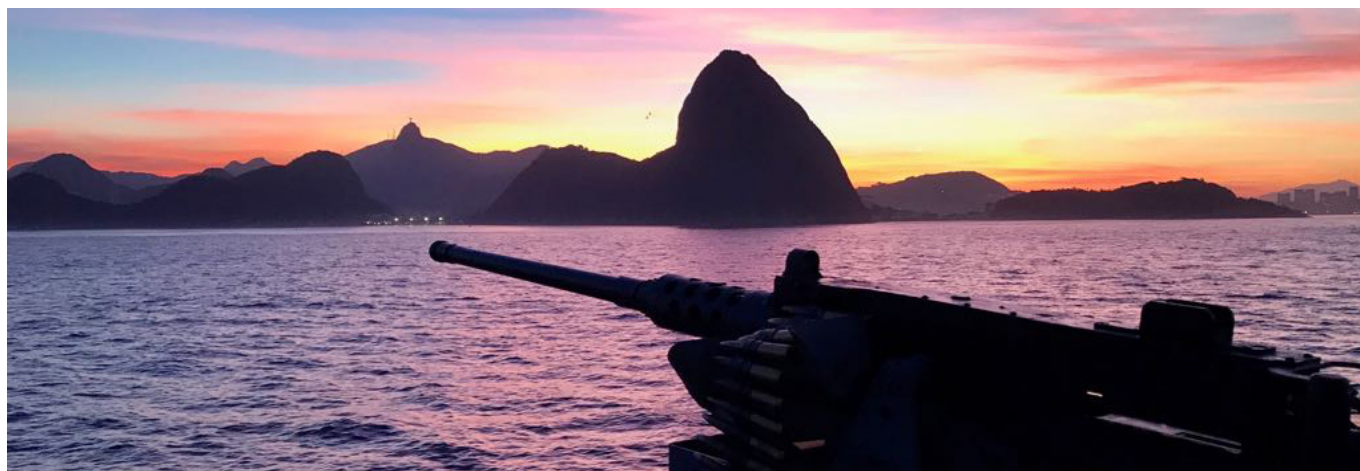
Vale retomar comentários sobre o fenômeno da “territorialização” do mar, a propósito, não amparado pela CNUDM III, na medida em que as funções modernas de pesquisa e exploração do Poder Marítimo, vistas no capítulo inicial, levaram a humanidade a buscar usufruir dos espaços marítimos que, ao se tornarem valiosas fontes de recursos econômicos, assumem valor intrínseco, o qual transcende o clássico direito de passagem correspondente à função intercomunicadora.

Nesse sentido, na modernidade, além dos **Combates no Mar**, em função de objetivos políticos orientados pelo continente, também têm lugar os **Combates pelo Mar**, em virtude de todos os recursos que pode oferecer.

Na conjuntura atual brasileira, cabe ressaltar que as atividades extrativistas na Amazônia Azul, materializadas por uma produção oceânica alicerçada na implementação de infraestruturas críticas, têm evocado a necessidade de desenvolvimento de um novo paradigma⁸ associado à defesa de interesses marítimos na doutrina naval brasileira, o **Combate pelo Mar**.

Este conceito estratégico marítimo-naval deve privilegiar tanto a interoperabilidade – capacidade de forças militares nacionais operarem, efetivamente, de acordo com a estrutura de comando estabelecida – quanto a capacidade de conduzir operações interagências, que integram as Forças Armadas e outros órgãos com a finalidade de conciliar interesses e coordenar esforços, o que se revela crucial nas vastas porções marítimas e fluviais brasileiras. Nesse sentido, devemos enfatizar o desenvolvimento da capacidade de condução de ações conjuntas, dada a complexidade dos desafios no setor de Defesa e a necessidade de emprego racional de recursos militares, na consecução dos objetivos nacionais.

Dessa forma, este capítulo tem o propósito de apresentar um conceito estratégico marítimo-naval que oriente uma postura dissuasória e proativa da força no mar e nas águas interiores, em defesa permanente dos interesses nacionais.



Navio da MB patrulhando as águas próximas da Baía de Guanabara - Rio de Janeiro

⁷ Na versão 2017, A Doutrina Básica da Marinha passou a ser denominada Doutrina Militar Naval.

⁸ Em termos científicos, um paradigma consiste em um modelo de pensamento estruturado não redutível, amplamente aceito na área de estudo a que pertence.





3.2 – O COMBATE NO MAR

O paradigma clássico associado ao **Combate no Mar** se mantém até os dias atuais na DMN, representado pelas tarefas básicas do Poder Naval conhecidas como “Negação do Uso do Mar”⁹, “Controle de Áreas Marítimas”¹⁰ e “Projeção de Poder sobre Terra”¹¹, das quais decorrem as operações e ações de Guerra Naval, devendo ser realizadas por uma Força balanceada entre os componentes de superfície, submarino, anfíbio e aéreo.

Com relação ao submarino, associado na DMN à tarefa de “Negação do Uso do Mar” supramencionada, devemos considerar a mobilidade combinada com a maior capacidade de ocultação em relação às Forças de Superfície, dado o estado da arte em termos de monitoramento/controle e a rede de sensoriamento global implementada no ambiente acima d’água. Em especial, a maior velocidade e permanência do submarino com propulsão nuclear conferem a tal meio naval uma mobilidade estratégica, que maximizará a capacidade dissuasória e defensiva da MB. Desse modo, tais características do submarino dificultam o estabelecimento adverso de controle de áreas marítimas no Atlântico Sul.

Cumprir ainda mencionar que, para a obtenção do controle de uma determinada área marítima, ocorrem ainda limitações de caráter legal ao exercício permanente desse tipo de controle. As relações internacionais são sustentadas, no que concerne aos oceanos, desde o final do século passado, no regime jurídico internacional da CNUDM III, no qual convivem dois princípios básicos: soberania sobre os recursos naturais e liberdade de navegação.

Com base no primeiro princípio, o Brasil proíbe exercícios militares em sua ZEE de 200 milhas náuticas do litoral sem consentimento prévio, com o intuito de garantir os direitos soberanos sobre o patrimônio da Amazônia Azul, bem como de impedir

atitudes coercitivas de forças navais estrangeiras. Todavia, o segundo princípio pode indicar dificuldades para medidas permanentes assertivas, como a exclusão de embarcações em determinadas áreas ou mesmo quaisquer constrangimentos às linhas de comunicação marítimas, quando não há conflito armado.

Como visto no capítulo anterior, a realidade multifacetada das ameaças, que se apresentam aos interesses marítimos e fluviais, vai além de forças organizadas por Estados desafiadores dos interesses nacionais, compreendendo ainda atores e fenômenos antagônicos de toda ordem, com motivações econômicas, sociais, ideológicas, ambientais, privadas e também combinadas entre si. Os Estados podem recorrer a conflitos nos quais medidas restritivas, por vezes não declaradas, de caráter socioeconômico ou político, precedem o ataque militar. Isso exige uma maior prontidão e versatilidade ao Poder Naval, que deve ser empregado em adequada intensidade e de forma proporcional ao efeito dissuasório que se deseja, sem escalar, desnecessariamente, crises.

3.2.1 - PRINCÍPIOS DE GUERRA

Os princípios de guerra são preceitos teóricos decorrentes de estudos de campanhas militares ao longo da história e apresentam variações no espaço e no tempo. São pontos de referência que orientam e subsidiam os chefes militares no planejamento e na condução dos combates, sem, no entanto, condicionar suas decisões.

Ao planejar e executar uma campanha ou operação, o Comandante levará em consideração o que preconizam os princípios, interpretando-os e aplicando-os criteriosamente em face da situação, decidindo quais serão privilegiados, em detrimento de outros.

⁹ Consoante a doutrina naval, esta tarefa consiste em dificultar o estabelecimento do controle de área marítima pelo inimigo ou a exploração de tal controle.

¹⁰ Ao seu turno, o controle de área marítima consiste em um certo grau de garantia de utilização, ainda que temporária, de áreas marítimas limitadas, estacionárias ou móveis, exercido na intensidade adequada à execução de atividades específicas.

¹¹ Significa a transposição da influência do Poder Naval sobre áreas de interesse, sejam elas terrestres ou marítimas, abrangendo um amplo espectro de atividades, que incluem, desde a presença de forças até a realização de operações navais.





PRINCÍPIOS DE GUERRA:

ECONOMIA DE FORÇAS - Caracterizado pelo uso econômico das forças, bem como pela distribuição e emprego judiciosos dos meios disponíveis para a obtenção do esforço máximo nos locais e ocasiões decisivos.

EXPLORAÇÃO - Caracterizado pela intensificação das ações ofensivas, adotando a iniciativa das ações, para ampliar o êxito inicial, sempre que for obtido um sucesso estratégico ou tático, ou houver evolução favorável na situação.

MANOBRA - Caracterizado pela capacidade de movimentar forças de forma eficaz e rápida de uma posição para outra, contribuindo para obter superioridade, aproveitar o êxito alcançado e preservar a liberdade de ação, bem como para reduzir as próprias vulnerabilidades.

MASSA - Compreende a aplicação de forças superiores às do inimigo, em termos de quantidade, qualidade e eficiência, em um ponto decisivo, no tempo devido, com capacidade para sustentar esse esforço, enquanto necessário.

MORAL - Define o estado de ânimo ou atitude mental de um indivíduo, ou de um grupo de indivíduos, que se reflete na conduta da tropa.

OBJETIVO - Diz respeito ao estabelecimento de objetivos claramente definidos e atingíveis, a fim de se obter os efeitos desejados.

OFENSIVA - Caracterizado por levar a ação bélica ao inimigo, de forma a se obter e manter a iniciativa das ações, estabelecer o ritmo das operações, determinar o curso do combate e, assim, impor sua vontade.

PRONTIDÃO - Capacidade de pronto atendimento das FA para fazer face às situações que podem ocorrer em ambiente de combate.

SEGURANÇA - Consiste nas medidas essenciais à liberdade de ação e à preservação do poder¹ de combate necessário ao emprego eficiente das FA, mitigando os riscos envolvidos nas operações.

SIMPLICIDADE - Preconiza a preparação e a execução de ordens e planos com concepções claras e facilmente inteligíveis, a fim de reduzir a possibilidade eventual de equívocos na sua compreensão, sem prejuízo da precisão e da flexibilidade necessárias.

SURPRESA - Consiste em golpear o inimigo onde, quando ou de forma tal que ele não esteja preparado. O Comandante que obtém o efeito da surpresa poderá alterar a seu favor, de forma decisiva, a correlação das forças em combate.

UNIDADE DE COMANDO - Princípio que é caracterizado pela atribuição da autoridade a uma só pessoa, ou seja, à pessoa do Comandante. A guerra contemporânea não admite o emprego de FA em campanhas isoladas.





Cumprir destacar que vários dos princípios de guerra, inicialmente teorizados para campanhas militares contra forças organizadas, também são aplicáveis contra as demais ameaças abordadas neste Plano, e, portanto, no **Combate pelo Mar**, que introduzimos na próxima seção.

3.3 – O COMBATE PELO MAR

Quando apontamos a necessidade da ativação de sistemas defensivos, o primeiro ímpeto é pensar apenas no combate a oponentes. No entanto, também dizem respeito à preservação de interesses marítimos e à atenção às múltiplas ameaças dos tempos modernos, por meio da dissuasão. Para ficarmos em alguns dados que ilustram essa tarefa, novas descobertas no leito marinho correspondem, atualmente, a 40% do crescimento do total mundial das reservas de óleo e gás no mundo¹².

A dispersão espacial e o grau de relevância dos interesses marítimos e fluviais para a vida nacional devem ser considerados na prioridade de objetivos e na concepção de sistemas defensivos. Existem três porções marítimas diferenciadas de interesse para o Brasil, denominadas águas territoriais, patrimoniais e de interesse marítimo.

Como visto anteriormente, no Atlântico Sul, contíguas às águas territoriais que estão localizadas em uma faixa de 12 milhas náuticas a partir da costa, onde o Brasil exerce soberania, temos águas patrimoniais nas quais o País tem grau de jurisdição assegurado pela CNUDM III e que integram o conceito da Amazônia Azul. Essa jurisdição relativa se transforma em direitos patrimoniais sobre a massa líquida costeira, estendidos, na porção mais externa, pelo subsolo marinho correspondente ao prolongamento do solo pátrio, a denominada Plataforma Continental, que pode chegar a 350 milhas náuticas da costa.

Nos espaços marítimos supramencionados, temos interesses, que envolvem atores internacionais e ameaças não convencionais, como as linhas de comunicação marítimas e hidrovias, incluindo os navios mercantes nacionais e o binômio “porto-

navio”; arquipélagos e ilhas oceânicas; os recursos vivos e a biodiversidade marinha; os recursos naturais não vivos, aos quais se somam as infraestruturas marítimas associadas à sua exploração, e os meios que compõem o Poder Naval, que existe para proteger as riquezas marítimas do Brasil.

Da análise de cada elemento pertencente ao conjunto de interesses marítimos nacionais, em função de sua importância estratégica e dos antagonismos e ameaças visualizadas, são apreendidas posturas defensivas e graus de prontidão distintos. Na prática, a cooperação internacional, em termos de intercomunicação marítima, é incentivada; entretanto, em termos de exploração marítima e partilha de recursos naturais, nem sempre há um alinhamento de pensamento nas relações internacionais.

Ademais, as linhas de comunicação marítimas, dispostas em escala mundial, ultrapassam a Amazônia Azul, situação que comprova a influência que uma marinha mercante, com amplo grau de internacionalização e abrangência espacial em sua atuação, pode possuir na promoção da cooperação internacional para a defesa de interesses marítimos nacionais.

Por outro lado, é fato que o ambiente marítimo não revela somente ameaças, mas também oportunidades, como o exercício da diplomacia e a possibilidade do estabelecimento de alianças estratégicas.

3.4 – OPORTUNIDADES DE DIPLOMACIA NAVAL

Embora esteja prevista como atividade essencial, as marinhas não existem somente para se prepararem contra ameaças, mas também para explorar oportunidades que, quando adequadamente empregadas, têm o poder de evitar ou dissuadir intenções contrárias aos interesses de seus países. Nesse sentido, a gestão de nossa Marinha, direcionada de forma concomitante a ameaças e oportunidades, é fundamental para a conquista e preservação dos objetivos nacionais.

¹² WEDIN, 2015.





As características de mobilidade¹³, flexibilidade¹⁴, versatilidade¹⁵ e permanência¹⁶ de uma Força Naval, quando associadas à liberdade de movimento nas águas internacionais, permitem o acesso dos meios navais do Estado Brasileiro a todos os países limítrofes do nosso entorno estratégico e outras áreas de interesse. Tais fatos conferem uma capacidade de diplomacia ímpar, que deve ser fortalecida.

A diplomacia naval robustece a autoridade estatal, representando um instrumento por excelência das relações internacionais, pois os navios têm liberdade de navegação e de presença nos diversos espaços marítimos e fluviais. Sendo comum a todas as marinhas que possuem alguma capacidade operacional, o potencial de se estender ao longo de um amplo espectro – desde o extremo da competição, na qual se encontram ações como a coerção, até o extremo da cooperação – reforça a confiança mútua, pode mitigar futuros antagonismos.

Assim, em variados formatos (cooperação, persuasão e coerção), mesmo com efeitos não claramente visíveis e por vezes manifestados em prazos dilatados, seus benefícios tendem a

permanecer no longo prazo. Importante ressaltar que a confiança reforçada pode facilitar futuras parcerias estratégicas ou cooperação econômica entre as indústrias de defesa ou de quaisquer outras áreas.

A ameaça ao tráfego marítimo e, por conseguinte, à estabilidade internacional pode provocar a formação de alianças estratégicas para sua proteção, cujas cargas, seguros, resseguros, tripulações e armadores foram, em grande medida, transnacionalizados. Tal forma de diplomacia naval converge com os interesses do Brasil, devendo ser adotada como uma oportunidade de projeção internacional pela presença naval, à luz do princípio jurídico da liberdade de navegação ou sob o amparo de organismos internacionais. Vale citar a participação brasileira com navios de guerra e no Comando da Força-Tarefa Marítima da Força Interina das Nações Unidas no Líbano (FTM-UNIFIL) e em missões operativas combinadas no Golfo da Guiné com outros países, além da liderança em fóruns regionais, como a ZOPACAS, na busca por melhorar mecanismos de vigilância e defesa de suas linhas de comunicação marítimas no Atlântico Sul.



Mergulhador de Combate brasileiro treinando militares de São Tomé e Príncipe

¹³ Representa a capacidade de deslocar-se prontamente e a grandes distâncias, mantendo elevado nível de prontidão.

¹⁴ Significa a capacidade de organizar grupamentos operativos de diferentes valores, em função da missão, possibilitando seu emprego gradativo.

¹⁵ Representa a aptidão para executar uma ampla gama de tarefas e diferentes níveis de prontidão.

¹⁶ Indica a capacidade de operar, continuamente, com independência e por longos períodos, em áreas distantes e de grandes dimensões.





Vale também citar a experiência acumulada na coordenação da Área Marítima do Atlântico Sul (AMAS)¹⁷, mecanismo derivado do Tratado Interamericano de Assistência Recíproca (TIAR), que desde a 2ª Guerra Mundial vem proporcionando cooperação nas atividades de segurança do tráfego marítimo empreendidas nessa região.

Ainda que exista o interesse compartilhado na cooperação para a defesa das vias marítimas em quaisquer oceanos, devem ser priorizadas as alianças cooperativas no entorno estratégico brasileiro definido na PND, com atenção no Atlântico Sul¹⁸. Nessa região, a diplomacia naval é ainda mais premente, sobretudo em áreas afligidas por ações adversas, como o caso da pirataria no Golfo da Guiné, na costa oeste africana. Nesse sentido, a exemplo dos Grupos de Apoio Técnico, das Missões de Assessoria Naval ou dos Grupamentos Operativos de Fuzileiros Navais empregados no esteio de

organizações internacionais como a ONU e a OEA, a cooperação pode também envolver interesses marítimos de países lindeiros ao Atlântico Sul, a bem do prestígio do Brasil e de sua política externa.

Dessa forma, qualquer interação marítima apresenta o potencial de gerar algum grau de diplomacia naval, com benefícios para o País, convergentes com a obtenção de uma maior inserção no cenário internacional. Como consequência, o Poder Naval precisa ser preparado para tal consecução.

Para que a diplomacia naval possa produzir efeitos concretos para o País, é necessária uma força naval corretamente dimensionada para o combate. Um dos muitos efeitos desejados da diplomacia naval é a dissuasão, situação que somente é possível com meios navais, aeronavais e de fuzileiros navais em quantidade e qualidade adequados.



Navio-Patrolha Oceânico Apa na Operação OBANGAME EXPRESS no Golfo da Guiné

¹⁷ A AMAS é composta por Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai.

¹⁸ Destacamos a contribuição da MB na formação técnico-profissional de militares de marinhas de países do entorno estratégico.



3.5 – DEFESA PROATIVA E REATIVA

A defesa proativa requer maior agilidade, inclusive decisória, para a tomada da iniciativa das ações, enquanto a reativa espera a ameaça ser concretizada, para dar início às medidas. A adoção da primeira se faz necessária, por exemplo, para defender as infraestruturas energéticas marítimas do Brasil na Amazônia Azul.

Na END constam duas áreas marítimas que merecem uma postura defensiva proativa, pela necessidade de controlar o acesso marítimo ao Brasil, quais sejam: a faixa entre Santos e Vitória e a área marítima em torno da foz do rio Amazonas.

3.5.1 – Requisitos para um sistema defensivo proativo

A MB envida esforços para implementar o Sistema de Gerenciamento da Amazônia Azul (SisGAAz), que consiste num grande “sistema de sistemas” destinado a prover monitoramento/controle sobre nossas águas jurisdicionais, com dupla funcionalidade nos campos militar e civil, sendo esta última coordenada pela Autoridade Marítima. A capacidade obtida com sua implementação permitiria, por exemplo, que o crime ambiental, ocorrido no litoral do nordeste brasileiro no final de 2019, fosse mitigado por aperfeiçoado monitoramento da Amazônia Azul.

O monitoramento, via SisGAAz, é condição necessária para o controle da Amazônia Azul, incluindo parcela da faixa litorânea. Ele deve ser exercido por uma autoridade operacional. Somente será proativo aquele que tiver condições para tal e for capaz de decidir mais rápido, agilizando o clássico ciclo OODA para a tomada de decisões, baseado em quatro fases: “observar”, “orientar”, “decidir” e “agir”. As duas primeiras reforçam a necessidade de implementação do SisGAAz e estão associadas ao conceito de Consciência Situacional Marítima, que representa a “efetiva compreensão de tudo que está relacionado ao meio marinho e que possa causar impacto na defesa, na segurança, na economia e no meio ambiente do entorno estratégico”.

Antes do início da última fase do ciclo, deve ser lembrada a terceira fase para a efetiva proteção da Amazônia Azul, representada pela agilidade decisória que uma estrutura organizacional operacional deve ter para, instrumentalizado o SisGAAz, exercer de forma proativa o controle da Amazônia Azul. Assim, tal estrutura estará capacitada a conjugar adequadamente o monitoramento/controle, a mobilidade e a presença de meios disponibilizados, de forma a planejar permanentemente uma defesa proativa.

Cabe, no entanto, o registro de que deve ser buscada a obtenção da Consciência Situacional Marítima em todo o entorno estratégico nacional, particularmente no Atlântico Sul. As eventuais ameaças pelo mar devem ser neutralizadas antes que se contraponham à integridade nacional.

Ademais, por analogia à doutrina de Controle Naval do Tráfego Marítimo, existem dois requisitos complementares de sistemas defensivos proativos: Controle e Proteção. O atendimento desses requisitos demanda dois gradientes de esforço crescente no sentido de assegurar a defesa dos ativos marítimos, quer estejam situados no litoral, como portos e bases navais, quer sejam implementados em áreas oceânicas críticas para a segurança marítima.

Em termos de estrutura de comando, as atividades governamentais relativas à segurança marítima podem ser divididas nas seguintes áreas funcionais: defesa; aplicação da lei no mar; inteligência; e proteção de infraestruturas críticas marítimas e fluviais. Essas áreas funcionais, por serem cada vez mais interdependentes, obrigam as organizações governamentais a se adaptarem para fazer frente à sobreposição de desafios decorrentes dessa interdependência. Essa necessidade de inovação organizacional também demanda recursos que excedem as dotações orçamentárias.

A ativação do Centro Integrado de Segurança Marítima (CISMAR), que assumiu um caráter interagências, vai ao encontro da evolução organizacional supracitada.



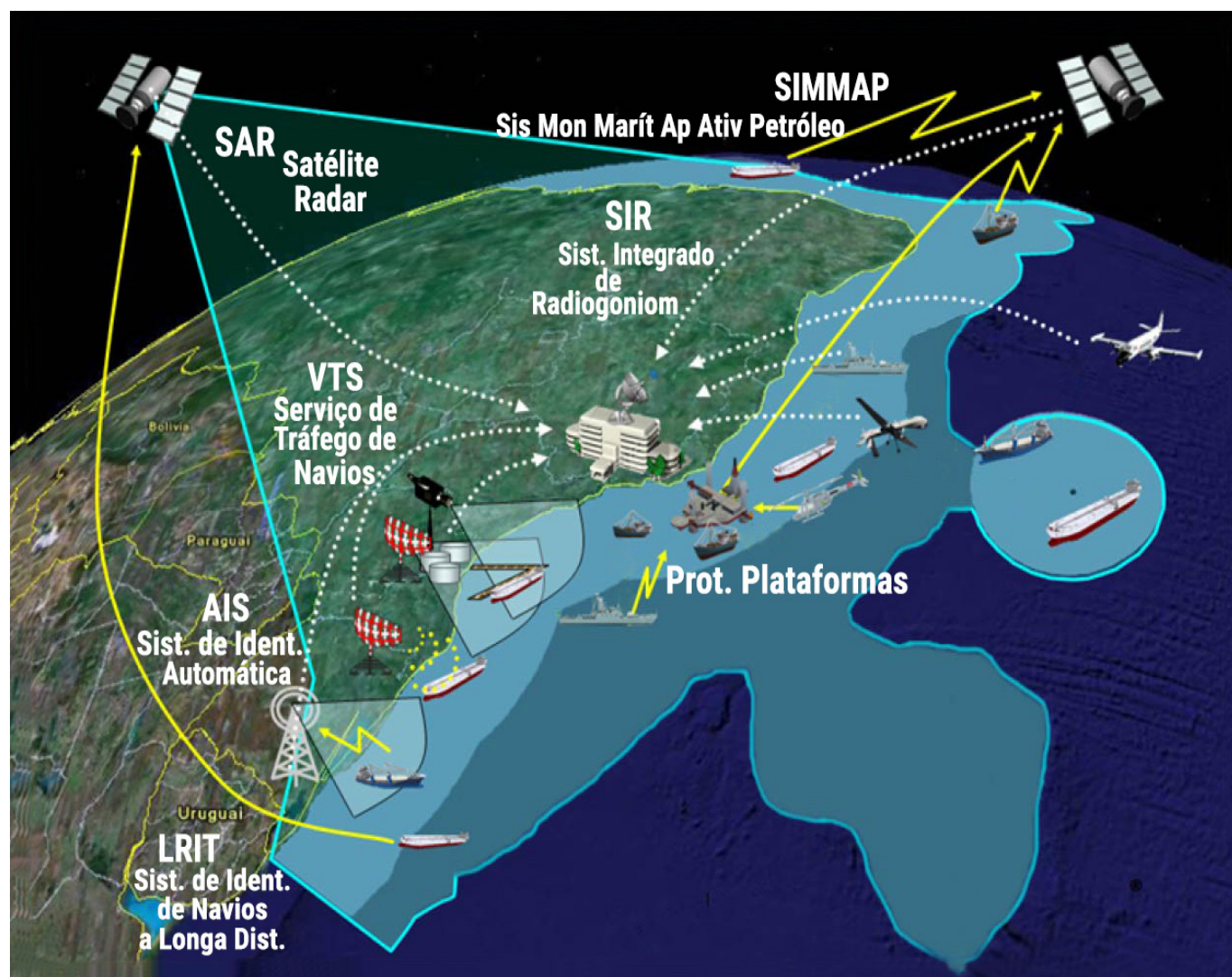


Na dimensão relacionada à Autoridade Marítima, no que se refere à segurança do tráfego aquaviário, existe sinergia com os requisitos complementares de controle e proteção. Nesse sentido, a implantação do conceito de “navegação aprimorada” (*e-Navigation*), harmonizando sistemas de navegação e serviços portuários, incrementará a eficiência comercial marítima e fluvial, contribuindo de forma direta para a consolidação da proteção oferecida pelo SisGAAz.

Adicionalmente, sem descuidar das novas dimensões da guerra moderna, como a cibernética e o espaço exterior, a defesa proativa ainda inclui os três ambientes operacionais marítimos: aéreo, de superfície e submarino.

Nesse sentido, a proatividade em defesa de áreas estratégicas prioritárias deve ser dimensionada em termos de indicadores por ambiente, conforme o direcionamento de esforços em relação às possíveis ameaças. Respalhando um planejamento prévio de destinação de meios de defesa, tais indicadores correspondem a uma combinação adequada de meios navais, aeronavais e de fuzileiros navais e respectivas configurações de armas, em áreas de patrulha e períodos previamente definidos.

Vale, portanto, analisar os requisitos de controle e proteção necessários ao estabelecimento de gradientes de esforço simultâneos, no sentido de aproximação aos interesses e infraestruturas marítimas e fluviais de alto valor estratégico:



Representação gráfica do Sistema de Gerenciamento da Amazônia Azul (SisGAAz)





a) Controle

Uma defesa proativa requer uma capacidade efetiva de monitoramento e o respectivo controle dos espaços marítimos críticos, independentemente da configuração e do inventário de meios que se disponha para a defesa de infraestruturas e demais ativos marítimos estratégicos.

Dessa forma, o esforço defensivo deve ser intensificado nas áreas marítimas contíguas às zonas produtivas, por intermédio de sensores ativos, como veículos aéreos, marítimos ou subaquáticos, não tripulados, remotamente controlados, e de sistemas colaborativos de monitoramento nas áreas mais distantes.

b) Proteção

Um segundo gradiente complementa naturalmente o primeiro requisito e deve ser concatenado por uma estrutura de comando ágil. Nesse pensamento sistêmico, as peças defensivas dispostas na Amazônia Azul incluem as características que lhes são intrínsecas no seu modo clássico de operação, a natureza colaborativa e pelo resultado sinérgico para a defesa integralizada de interesses marítimos de alto valor.

Em linhas gerais, de acordo com o gradiente de esforço para atendimento ao requisito de proteção, devem ser conjugadas adequadamente as características do Poder Naval, a fim de possibilitar uma maior presença naval nas proximidades de áreas críticas e maior mobilidade em áreas mais distantes. Dessa forma, a capacidade de deslocamento rápido para uma determinada área, com o intuito de agir no tempo oportuno, poderia contrabalançar, por exemplo, a exiguidade de meios disponíveis para exercer ação de presença em uma área mais longínqua. Por outro lado, sistemas de defesa posicionados nos pontos próximos às infraestruturas críticas reduzem a necessidade de pronto deslocamento de meios, tanto no ambiente aeroespacial como na superfície marítima ou

na massa líquida submarina. Nesse sentido, o aprimoramento da capacidade de emprego conjunto de aeronaves com a Força Aérea Brasileira, complementando as aeronaves embarcadas em navios de superfície, avulta de importância.

Em áreas mais distantes do litoral, um Navio com capacidade de Controle de Área Marítima (NCAM), capaz de operar com aeronaves de asa fixa, rotativa e/ou remotamente pilotadas, atua basicamente como plataforma de controle de área marítima, com foco na defesa de forças navais contra ameaças de superfície, aéreas e submarinas. Deve dispor ainda de capacidade de projeção de poder, para apoio a operações anfíbias e forças expedicionárias.

Também foi demonstrado que os submarinos convencionais com propulsão nuclear são meios de elevada proatividade para a defesa de nossas águas jurisdicionais, sobretudo pelo seu aspecto dissuasório.

Assim, uma menor proatividade em áreas mais amplas, consubstanciada por sistemas colaborativos existentes e informações de inteligência operacional, poderia ser compensada por um maior esforço de controle e proteção nas áreas circunvizinhas às unidades produtivas. Nessa forma focada de aplicação de esforço, existe uma estrutura de comando dedicada a tal sistema defensivo que estabelece protocolos para elevar os níveis de alarme de forma tempestiva.

O primeiro gradiente, relacionado ao requisito de controle, deverá buscar a maior consciência situacional possível, consolidada pela ativação do SisGAAz que, sincronizado com os meios de proteção na área a defender, conformará o segundo gradiente, relacionado ao requisito de proteção.

3.6 – DEFESA MARÍTIMA DE AMPLO ESPECTRO

Interesses marítimos e fluviais de alto valor estratégico impõem uma estratégia defensiva proativa, que antecede o deflagrar dos conflitos





e a execução das tarefas de negação e controle do uso do mar, inerentes ao paradigma clássico do **Combate no Mar**. Isso posto, para fins de orientação estratégica, um sistema de defesa proativo deve dispor de consciência situacional e agilidade decisória para conjugar tempestivamente meios com capacidade móvel e/ou predispostos na área a ser protegida, de forma a aumentar as possibilidades de dissuadir ameaças e rechaçar agressões, de qualquer natureza, a interesses previamente definidos.

Nesse sentido, fica evidenciado que as atividades governamentais de defesa, aplicação da lei no mar, inteligência e proteção de infraestruturas críticas marítimas e fluviais estão cada vez mais inter-relacionadas. A salvaguarda dos interesses marítimos nacionais deve ser obtida por uma defesa marítima versátil e de amplo espectro, primando pela interoperabilidade das FA e demais agências governamentais com competências concorrentes

sobre o mar. Deve, dessa forma, além de integrar a Defesa Naval dissuasória contra atores estatais desafiantes dos interesses marítimos e fluviais brasileiros, contemplar as duas vertentes da segurança marítima: *safety* e *security*.

Como apontado, a primeira vertente está relacionada aos riscos inerentes às atividades produtivas inseridas no ambiente marinho, com necessidade de rigorosa fiscalização. A segunda visa à neutralização da atuação de forças antagônicas, que podem combinar interesses, motivações ideológicas, políticas e econômicas contrárias ao desenvolvimento do Brasil.

É importante observar que, sem uma maior preocupação com a segurança marítima para neutralizar ações que provoquem graves danos ao ambiente marinho e ao litoral brasileiro, os esforços voltados para a preservação ambiental não trazem resultados satisfatórios em termos de defesa.



Primeiro teste de Navegação do Submarino Riachuelo





Manobras Táticas entre navios da Esquadra



PONTOS - CHAVE

- ⚓ A atual estratégia naval contempla dois paradigmas doutrinários: o **Combate no Mar** e a defesa de interesses marítimos, relacionada ao **Combate pelo Mar**.
- ⚓ A Amazônia Azul, com suas riquezas, impõe a necessidade de ampliar o entendimento da importância da defesa de interesses marítimos no pensamento estratégico brasileiro.
- ⚓ A dispersão espacial e o grau de relevância dos interesses marítimos e fluviais para a vida nacional devem ser levados em conta na atribuição de prioridade de objetivos e na concepção de sistemas de defesa.
- ⚓ O Poder Naval, além de ter que estar preparado para fazer frente às múltiplas ameaças aos interesses nacionais, é um excelente instrumento da diplomacia, quando bem aprestado e empregado, devido à liberdade de navegação e ao acesso aos espaços marítimos e fluviais internacionais.
- ⚓ As linhas de comunicação marítimas de interesse do Brasil ultrapassam a Amazônia Azul, sendo necessária a promoção da cooperação internacional para a sua defesa e da Marinha Mercante Nacional.
- ⚓ Um sistema para a defesa das instalações de pesquisa e exploração petrolífera da Amazônia Azul deve ter um caráter proativo, dispondo de consciência situacional e agilidade decisória para conjugar meios com capacidade móvel e/ou predispostos nas áreas a serem protegidas.
- ⚓ Para esse sistema defensivo, os requisitos de comando e controle são atendidos pelo SisGAAZ e o de proteção pela modernização da Força Naval, composta pelos meios de superfície, submarinos, aeronavais e de fuzileiros navais, além da coordenação e interoperabilidade com os meios das Forças que dispõe a Defesa Nacional.
- ⚓ Deverá ser estabelecido um duplo gradiente de controle e proteção, de forma a ser obtida uma maior presença naval nas proximidades das áreas críticas e uma maior mobilidade, para cobrir as áreas mais distantes da Amazônia Azul.
- ⚓ Os submarinos convencionais com propulsão nuclear são meios de elevada proatividade para a defesa de nossas águas jurisdicionais, sobretudo pelo aspecto dissuasório devido à elevada mobilidade estratégica e permanência oculta em longas patrulhas.





Desfile de Aspirantes na Escola Naval



04

**MAPA
ESTRATÉGICO
DA MARINHA**



4.1 – INTRODUÇÃO

O conceito de estratégia, estabelecido no início do século XIX, inicialmente compreendia a dimensão militar, de emprego ou ameaça do uso da força para fins políticos.

Porém, no século passado, o conceito de “estratégia” ultrapassou a esfera militar, passando a abranger outras expressões do Poder Nacional, compreendidas como instrumentos para a consecução dos objetivos de um Estado.

A última extensão contemporânea foi além dos meios para alcançar fins políticos, pois a expressão passou a representar não só como atingi-los, mas também outras finalidades decorrentes de qualquer atividade humana. Sendo assim, a estratégia passou a refletir manobras e operações para atingir um propósito em geral, expressando como uma organização utiliza seus pontos fortes e corrige os fracos – existentes ou potenciais – para atingir seus objetivos, levando em consideração as oportunidades e ameaças do ambiente.

No moderno sentido de planejamento, a “estratégia” pode ser definida como sendo a navegação adequada para alcançar determinado objetivo ou superar certo desafio, sempre com o foco no futuro desejado. Dessa forma, o propósito deste capítulo é apresentar os conceitos fundamentais sobre planejamento estratégico, sintetizados graficamente no Mapa Estratégico da Marinha, que orientam as ações estratégicas decorrentes.

4.2 – PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO

O planejamento estratégico consiste em uma essencial ferramenta gerencial para as organizações contemporâneas, pois o ato de planejar envolve o estudo e a seleção de ações para alcançar um objetivo de forma eficiente e eficaz, a partir de uma situação. Portanto, o processo administrativo deve ser iniciado pelo planejamento, de forma a identificar os objetivos e implantar políticas organizacionais para alcançá-los, promovendo seu contínuo monitoramento e avaliação.

Vale dizer que o planejamento estratégico encoraja a administração a pensar sistematicamente o que acontece e o que ocorrerá no futuro. Ele força a instituição a definir precisamente seus objetivos, fomenta uma melhor coordenação de seus esforços e oferece padrões de desempenho mais claros para o controle, pois é orientado por um conjunto de princípios metodológicos que determina as atividades dos gestores e técnicos responsáveis por definir o rumo a ser seguido pela instituição.

Nos últimos anos, constatamos claramente uma mudança no rumo das instituições, principalmente as públicas, no que tange ao aprimoramento dos seus métodos de planejamento estratégico. No Brasil, tal fato decorre, em parte, do contínuo aperfeiçoamento do Estado, do acompanhamento e da apreciação das contas dos administradores e responsáveis pelo patrimônio da União. Assim, é imprescindível aprimorar os processos e obter planejamentos estratégicos realistas e mensuráveis, que possibilitem uma gestão com base em indicadores de resultados.

Outro aperfeiçoamento importante, decorrente da evolução do pensamento e do processo de elaboração de planos estratégicos, é a integração destes às metas e iniciativas de governo.

Cabe destacar, também, o desenvolvimento de cenários prospectivos nos planejamentos estratégicos. A cenarização é uma ferramenta essencial para a obtenção de uma estratégia efetiva. Nesse contexto, o planejamento estratégico baseado em um único futuro possível, considerando apenas a extrapolação das tendências do passado, traz resultados frágeis. Assim, o planejamento baseado em cenários permite uma melhor percepção de informações, pelo fato de analisar futuros alternativos considerando o passado e o presente.

O principal produto de um processo de planejamento estratégico é o Plano Estratégico. É um documento que indica os caminhos a seguir e, por ser dinâmico, pode e deve ser atualizado, tendo por base a gestão estratégica. Tal Plano é um documento de divulgação da estratégia a ser adotada; um norte para a Instituição, em que pese seu caráter dinâmico. O decisor estratégico define as prioridades da sua





administração. As estratégias e as prioridades devem ser alteradas sempre que ocorrerem mudanças de cenários, de documentos condicionantes e de objetivos estratégicos. A tomada de decisão, no contexto estratégico, deve passar, necessariamente, pela priorização de ações que ocorrerá durante a Gestão Estratégica.

4.3 – PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO MILITAR

O planejamento estratégico militar tem o propósito de definir e organizar, fundamentalmente, as atividades relacionadas ao preparo e ao emprego do poder militar para atender às demandas da Defesa do País, compreendendo três níveis de planejamento: o nacional, formado pelas mais altas autoridades do

País; o setorial, constituído pelo Ministério da Defesa (MD) e demais órgãos com responsabilidades diretas pela Defesa; e o subsetorial, composto pelas Forças Armadas (FA). Ele é formalizado por intermédio de políticas, estratégias e planos decorrentes.

O planejamento estratégico militar deriva, principalmente, das orientações e diretrizes estabelecidas na PND e na END, prevendo que as Forças Militares exerçam um esforço preponderante em caso de conflitos bélicos. O planejamento também considera importantes atribuições subsidiárias de efeitos positivos para a sociedade, previstas na Lei Complementar (LC) nº 97/99, alterada pela LC nº 117/04 e pela LC nº 136/10.



Navio-Patrolha Oceânico Apa em apoio ao Posto Oceanográfico da Ilha da Trindade



4.4 – PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO DA MARINHA DO BRASIL

O Planejamento de Alto Nível da Marinha está inserido no Planejamento Estratégico Militar, no nível subsetorial, e é traduzido por componentes independentes, tendo como propósito a previsão e a ordenação das atividades relacionadas ao cumprimento da missão da MB. Essa estrutura é denominada Sistemática de Planejamento de Alto Nível (SPAN).

O documento de maior nível dessa sistemática é conhecido como Política Naval, cujos propósitos são estabelecer os Objetivos Navais (OBNAV) a serem alcançados pela MB e orientar seu planejamento estratégico, sendo formulada em um ambiente no qual estão presentes fatores que serão determinantes para uma concepção coerente com a realidade a ser enfrentada.

Em atendimento à Política Naval, o PEM é o documento decorrente de alto nível, que visa ao planejamento de médio e longo prazo da Marinha, pela via do alcance de OBNAV previamente definidos, orientados pela Visão de Futuro da Força. A partir da análise desses Objetivos, foram elaboradas as Estratégias e Ações Estratégicas que contribuirão para o alcance dos citados objetivos, que constam do próximo capítulo.

O PEM é elaborado pelo Estado-Maior da Armada e aprovado pelo Comandante da Marinha, com horizonte temporal de vinte anos, devendo ser sistematicamente revisto e atualizado a cada quatro anos. Para efeito de planejamento e padronização, foram estabelecidos os seguintes períodos: curto prazo, de até quatro anos (um PPA do Governo Federal); médio prazo, de cinco a doze anos (até três PPA); e longo prazo, de treze a vinte anos (até cinco PPA).

4.5 – IDENTIDADE ESTRATÉGICA DA MARINHA DO BRASIL

A Identidade Estratégica da MB é composta de sua Missão, sua Visão de Futuro e seus Valores. Na elaboração dos objetivos estabelecidos na Política Naval, a MB busca estar preparada de acordo

com seus valores tradicionais, representados graficamente na Rosa das Virtudes. O encadeamento lógico de tais elementos será apresentado no Mapa Estratégico da Marinha.

4.5.1 – MISSÃO

A Missão da MB foi atualizada em 2016. Teve como condicionantes o artigo 142 da Constituição Federal (CF) e a Lei Complementar nº 97/99, sendo estabelecido o seguinte enunciado:

“Preparar e empregar o Poder Naval, a fim de contribuir para a Defesa da Pátria; para a garantia dos poderes constitucionais e, por iniciativa de qualquer destes, da lei e da ordem; para o cumprimento das atribuições subsidiárias previstas em Lei; e para o apoio à Política Externa.”

Interpretação da Missão da Marinha

As destinações constitucionais das FA brasileiras são “a defesa da Pátria, a garantia dos poderes constitucionais e da lei e da ordem”. A “defesa da Pátria” é a componente preponderante e essencial da destinação constitucional das FA e deve ser o propósito principal da MB, além da “garantia dos poderes constitucionais e da lei e da ordem” que é, também, destinação constitucional das FA.

O cumprimento das atribuições subsidiárias e o apoio à Política Externa complementam a Missão. A Lei Complementar nº 97/1999 e suas alterações impõem atribuições subsidiárias gerais às FA e particulares à MB, com o Comandante da Marinha sendo designado como Autoridade Marítima. Assim, passa a ser imprescindível enfatizar, neste Plano Estratégico, as atividades relativas ao Poder Marítimo, tendo em vista a importância que as linhas de comunicação marítimas e as vias navegáveis interiores, os portos, o transporte, os navios, a energia, a pesca, o turismo, a recreação náutica, a exploração de minerais e a indústria naval representam para a Nação. São, portanto, necessárias sua proteção e segurança, por intermédio da aplicação soberana nas AJB das leis e normas nacionais e das convenções internacionais aceitas pelo País.





Por fim, a atuação do Poder Naval, como instrumento de “apoio à política externa”, é clássica e não se limita aos períodos de conflito armado ou de guerra, exercendo, também, forte influência nos períodos de paz e em situações de crise político-estratégica. Quando convenientemente empregado, é capaz de influenciar a opinião pública e as elites dirigentes de outros Estados, reforçar medidas de confiança mútua, garantir acordos e alianças e demonstrar intenções em áreas de interesse, de modo a contribuir para a ocorrência de ações favoráveis e impedimento das desfavoráveis. Dessa forma, o Poder Naval pode concorrer para a garantia dos interesses do País e da sociedade, além de colaborar para a dissuasão e contribuir para a paz e bem-estar mundial.

4.5.2 – VISÃO DE FUTURO

A Visão de Futuro é a expressão que traduz a condição pretendida para uma instituição. É calcada em sua própria razão de existir e corresponde à direção suprema, representa algo concreto, sendo a busca incessante pela sua concretização o que impulsiona a instituição. A Visão de Futuro da Marinha do Brasil é assim enunciada:

“A Marinha do Brasil será uma Força moderna, aprestada e motivada, com alto grau de independência tecnológica, de dimensão compatível com a estatura político-estratégica do Brasil no cenário internacional, capaz de contribuir para a defesa da Pátria e salvaguarda dos interesses nacionais, no mar e em águas interiores, em sintonia com os anseios da sociedade”.

Interpretação da Visão da Marinha:

A Marinha será moderna ao dispor de meios e sistemas tecnologicamente atualizados para a condução das tarefas do Poder Naval nos ambientes da guerra naval (submarino, superfície, aéreo e anfíbio) e no espaço cibernético. Estará aprestada, ao atingir alto nível de preparo e prontidão, no tocante à doutrina, organização, pessoal, ensino, material, adestramento, infraestrutura e interoperabilidade, contando com meios em condição de pronto emprego e contribuindo para a capacidade de pronta resposta do País.

Estará motivada ao ser constituída de recursos humanos detentores de sólida formação moral, crença nos valores da Instituição, de elevada capacidade profissional e conscientes de sua credibilidade junto à sociedade.



Infiltração por embarcação pneumática de uma equipe de Comandos Anfíbios pertencente ao Batalhão de Operações Especiais de Fuzileiros Navais

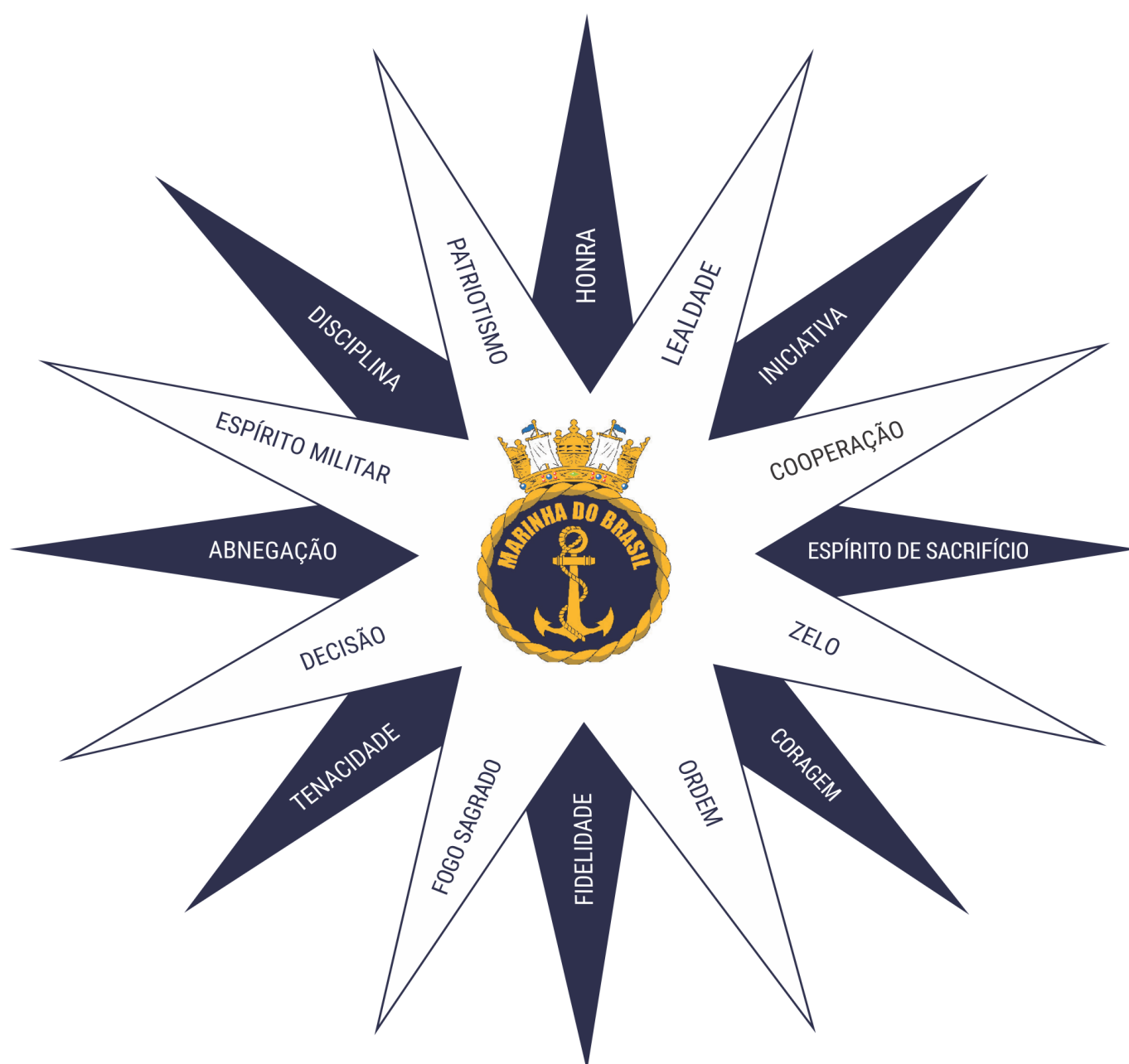




A independência tecnológica deve ser vista como um desafio que deve ser superado, visando à redução da dependência do exterior no tocante aos meios, sistemas e equipamentos de Defesa. Em vista da posição geoestratégica preponderante, da extensão do litoral e do potencial econômico do Brasil, é indispensável que sua Força Naval seja dimensionada, tanto em quantidade quanto na qualidade dos seus meios, de forma compatível com essa dimensão político-estratégica no contexto internacional, e assim poder defender os interesses nacionais e respaldar a política externa.

4.5.3 – VALORES DA MARINHA

Os valores organizacionais representam os princípios que devem nortear as ações e a conduta de colaboradores, gerentes e autoridades ligadas a uma instituição. Tais valores, na Marinha do Brasil, estão traduzidos por intermédio do conjunto de princípios e costumes expressos na “Rosa das Virtudes”. Mais do que uma simples declaração, os valores são revelados pelas reações que a instituição demonstra diante dos desafios que enfrenta ao longo de sua existência. É fundamental que todo o pessoal





da Marinha os conheça, haja vista a essencialidade de tais valores para que a Marinha concretize seus objetivos.

“Honra” é o sentimento que induz o indivíduo à prática do Bem, da Justiça e da Moral. É a força que o impele a prestigiar sua própria personalidade, como um sentimento de seu patrimônio moral.

“Lealdade” é o verdadeiro, espontâneo e incansável devotamento a uma causa, a sincera obediência à autoridade dos superiores e o respeito aos sentimentos de dignidade alheia.

“Iniciativa” é o ânimo pronto para conceber e executar. É uma manifestação de inteligência, imaginação, atividade, saber e dedicação ao serviço.

“Cooperação” consiste em auxiliar eficiente e desinteressadamente; significa um esforço em benefício de uma causa comum. O militar deve sempre agir no interesse maior do conjunto dos serviços. É a Cooperação que faz a eficiência da Marinha.

“Espírito de sacrifício” é a disposição sincera de realmente oferecer, espontaneamente, interesses, comodidades, vida, tudo, em prol do cumprimento do dever. O cultivo do Espírito de Sacrifício é praticado vencendo os pequenos incômodos pessoais e os menores percalços do dia a dia.

“Zelo” é atributo que não depende, em alto grau, de preparo profissional, de predicados especiais de inteligência e de saber. É, por isso mesmo, virtude que deve ser comum a todos os que servem à



Cerimônia em Organização Militar do Corpo de Fuzileiros Navais



Marinha. Essa qualidade é consequência direta do “amor próprio”, do amor à Marinha e à Nação.

“**Coragem**” é a disposição natural que nos permite dominar o medo e enfrentar qualquer perigo. É a força capaz de fazer com que aquele que ama a vida, e que nela é feliz, saiba arriscá-la e se disponha a morrer por uma causa nobre. A coragem é o destemor em combate.

“**Ordem**” é diligência, porque economiza o tempo, e é previdência, porque o conserva. Como exemplo de disciplina e método, a ordem orienta o espírito e promove segurança, porque resguarda e alinha em lugar próprio aquilo que será utilizado no futuro.

“**Fidelidade**” é ser honesto, ter têmpera forte para opinar e agir sempre pelo bem, mesmo, e principalmente, quando não favorecer ou até contrariar as conveniências pessoais. A fidelidade ao serviço impede que o militar cuide de afazeres e atividades estranhos à Marinha, enquanto estiver ao seu serviço, e negligencie as suas obrigações.

“**Fogo Sagrado**” é a paixão, a fé, o entusiasmo com que o militar se dedica à sua carreira; é o seu intenso amor à Marinha, o seu devotamento pela grandeza da sua profissão; é a larga medida de uma verdadeira vocação e de um sadio patriotismo; é o supremo amor pelo serviço.

“**Tenacidade**” é uma forma de dedicação, de amor ao serviço. É a disposição para estudar tanto o material em si como também a maneira de utilizá-lo; para estar a par das rotinas, da organização interna de bordo, da ordenança, dos regulamentos e das leis; para bem conhecer tudo referente aos aspectos essenciais da profissão.

“**Decisão**” é tomar resolução, é sentenciar, é orientar a ação. Não há qualidade, no trato geral dos militares para com seus subordinados, que mais tenda a aumentar o respeito e confiança desses subordinados, do que sua capacidade de decidir.

“**Abnegação**” é o esquecimento voluntário do que há de egoístico nos desejos e tendências naturais, em proveito de uma pessoa, causa ou ideia. É a renegação de si mesmo e a disposição de se colocar a serviço dos outros com o sacrifício dos próprios interesses.

“**Espírito militar**” é a qualidade que impele o militar a cumprir com natural interesse, dentro da ética, os deveres e obrigações do serviço, com disciplina e lealdade, sempre animado pelo desejo de ver brilhar o seu navio, a sua classe e aumentar a eficiência e o prestígio da Marinha.

“**Disciplina**” é a força de coesão de qualquer coletividade humana. É indispensável não só a um Organismo Militar, mas a qualquer outro que pretenda reunir indivíduos em uma unidade sólida e eficaz.

“**Patriotismo**” é o sentimento irresistível que prende os indivíduos à terra em que nasceram. É a trama de afetos que, através das gerações, vai sendo tecida em suas almas ao redor do solo querido. Externamente, é a emoção que os indivíduos sentem ao ouvirem os acordes do Hino Nacional e ao verem desfraldada a Bandeira de sua Pátria.

4.6 – MAPA ESTRATÉGICO

O Mapa Estratégico da Marinha é um recurso simples e eficaz, que desempenha o papel de instrumento visual da orientação de alto nível, para que a Marinha, no cumprimento de sua missão, busque atingir sua Visão de Futuro no horizonte de vinte anos (2020-2040).

Conforme apresentado na Política Naval, o Mapa Estratégico é composto pelos OBNAV, que são distribuídos em perspectivas interligadas, na qual as inferiores contribuem, de modo geral, com o atendimento das superiores. Essa distribuição tem o propósito de transmitir, de forma objetiva, a maneira como a Marinha processa os recursos a ela destinados.



**MISSÃO**

Preparar e empregar o Poder Naval, a fim de contribuir para a Defesa da Pátria; para a garantia dos poderes constitucionais e, por iniciativa de qualquer destes, da lei e da ordem; para o cumprimento das atribuições subsidiárias previstas em Lei; e para o apoio à Política Externa.

VISÃO DE FUTURO*

A Marinha do Brasil será uma Força moderna, aprestada e motivada, com alto grau de independência tecnológica, de dimensão compatível com a estatura político-estratégica do Brasil no cenário internacional, capaz de contribuir para a defesa da Pátria e salvaguarda dos interesses nacionais, no mar e em águas interiores, em sintonia com os anseios da sociedade.

RESULTADOS PARA A SOCIEDADE

OBNV 1
CONTRIBUIR PARA A
DEFESA DA PÁTRIA

OBNV 2
PROVER A
SEGURANÇA MARÍTIMA

OBNV 3
CONTRIBUIR PARA A
GARANTIA DOS PODERES
CONSTITUCIONAIS E DA LEI
E DA ORDEM (GLO)

OBNV 4
COOPERAR COM O
DESENVOLVIMENTO
NACIONAL

OBNV 5
APOIAR A POLÍTICA
EXTERNA

PROCESSOS

OBNV 6
MODERNIZAR A FORÇA
NAVAL

OBNV 7
OBTER A CAPACIDADE
OPERACIONAL PLENA

OBNV 8
DESENVOLVER A
CAPACIDADE CIBERNÉTICA
NA MB

OBNV 9
APRIMORAR AS
INTELIGÊNCIAS ESTRATÉGICA
E OPERACIONAL

OBNV 10
AMPLIAR A CONSCIÊNCIA
SITUACIONAL MARÍTIMA
NAS ÁREAS DE INTERESSE
DA MB

INSTITUCIONAL

OBNV 11
APRIMORAR A GESTÃO DE
PESSOAS

OBNV 12
APERFEIÇOAR A GESTÃO
ORÇAMENTÁRIA,
FINANCEIRA E
ADMINISTRATIVA

* A Visão de Futuro da Autoridade Marítima está descrita na alínea g) da seção 5.3.





PONTOS - CHAVE

- ⚓ O Planejamento de Alto Nível da Marinha é orientado pela Sistemática de Planejamento de Alto Nível. O documento de maior nível dessa sistemática consiste na Política Naval, que estabeleceu os OBNAV a serem alcançados pela MB.
- ⚓ Em atendimento à Política Naval, o Plano Estratégico é o documento decorrente de alto nível, que visa ao planejamento de médio e longo prazo da Marinha, observadas as diretrizes da PND, da END, do LBDN e da PMN.
- ⚓ O conceito de “estratégia” evoluiu de uma dimensão militar para refletir planejamentos e ações de caráter geral, podendo ser definida como o caminho adequado a ser percorrido para alcançar objetivos ou superar desafios.
- ⚓ O planejamento estratégico é um processo gerencial primordial para as organizações contemporâneas. As instituições têm buscado aprimoramento dos seus métodos de planejamento estratégico, cujo principal produto é o Plano Estratégico.
- ⚓ O planejamento estratégico militar é decorrente, principalmente, das orientações e diretrizes estabelecidas na PND e na END. O planejamento também considera outras importantes atribuições subsidiárias que constam em Leis específicas, como a Lei Complementar (LC) nº 97/99, alterada pela LC nº 117/04 e pela LC nº 136/10.
- ⚓ A Identidade Estratégica da MB é composta de sua Missão, sua Visão de Futuro e seus valores tradicionais.
- ⚓ O encadeamento lógico entre os OBNAV e a Identidade Estratégica é apresentado no Mapa Estratégico da Marinha, que desempenha o papel de instrumento visual da orientação de alto nível, para que a Marinha, no cumprimento de sua missão, busque atingir sua Visão de Futuro no horizonte de vinte anos (2020-2040).





Abordagem de Mergulhadores de Combate por *Fast Rope* em exercício de Operações Especiais



Tripulação formada para a realização do Cerimonial à Bandeira no mar



05

**AÇÕES
ESTRATÉGICAS
NAVAIS**



5.1 - INTRODUÇÃO

Os Objetivos Navais (OBNAV), estabelecidos na Política Naval, representam “o que” deve ser feito para alcançar a Visão de Futuro da Marinha do Brasil. Para isso, as Estratégias Navais (EN) estabelecem “como” devem ser executados os OBNAV, norteando de que forma as capacidades da MB serão preservadas, aperfeiçoadas, obtidas ou desenvolvidas em curto prazo, ou seja, em um espaço temporal de quatro anos.

As Ações Estratégicas Navais (AEN) são as ações concretas e adequadas à realidade do País em diversos aspectos, com destaque para o orçamentário, tecnológico, de disponibilidade de matéria-prima e capacitação. Consistem no detalhamento das EN e, a partir delas, são derivados os Planos de Ação. Representam os caminhos que deverão ser seguidos pela MB, no mais alto nível, para que sejam atingidos os OBNAV. As AEN, assim como suas ações decorrentes, devem estar orientadas para o cumprimento da Missão da MB e pautadas na Visão de Futuro da MB.

Assim, as AEN descritas no presente capítulo deverão ser refletidas nos diversos Planos de Direção Setorial (PDS) como Objetivos de Direção Setorial, nos quais serão traduzidas em ações decorrentes. Importa salientar que as AEN deverão constar do PPA, para que sejam obtidos os recursos necessários para suas implementações.

Tendo como objetivo a consecução dos OBNAV e da Visão da MB, uma AEN deverá atender:

a) aos seguintes critérios obrigatórios:

1. Ter as características de um Programa e/ou um Projeto, possuindo data para seu término, indicadores de desempenho e custos definidos em todas as suas fases.
2. Demandar recursos associados à Lei Orçamentária Anual, estando acompanhada de um Estudo de

Viabilidade Orçamentária, que considere a gestão do ciclo de vida e todos os custos operacionais e de manutenções decorrentes.

b) a pelo menos dois dos seguintes critérios de impacto estratégico para a Força, consoante o escopo do projeto:

1. Ser transversal, envolvendo dois ou mais setores da MB;
2. Representar uma inovação para a Força, em termos de produtos ou melhoria de processos e serviços, que, ao ser concretizada, represente seu aprimoramento;
3. Ampliar a mentalidade marítima e melhorar a imagem da MB, por produzir resultados para a sociedade; e
4. Incrementar a capacidade operacional da MB.

Os Objetivos, as Estratégias e as Ações Estratégicas precisam ser acompanhados por meio de Indicadores de Desempenho adequados e os recursos de investimento da Instituição deverão ser distribuídos pelas Ações Estratégicas¹⁸.

Para a viabilização de um planejamento estratégico, um Sistema de Medição de Desempenho Organizacional é fundamental para a fase da gestão. Este mecanismo é formado por um conjunto de índices e indicadores estruturados, que visam à coleta, à descrição e à representação de dados voltados para a geração de informações, acompanhando tanto a eficiência (esforço) quanto a eficácia e a efetividade (resultado) dos Objetivos, Estratégias e Ações Estratégicas.

A responsabilidade pelo fornecimento de dados referentes aos indicadores cabe às Organizações Militares identificadas em cada AEN descrita nos próximos subitens. A Gestão Estratégica é realizada pelo Comitê de Gestão Estratégica da

¹⁸ Metodologia do Balanced Scorecard (BSC).





Marinha (COGEM), cuja importância advém da necessidade de analisar e avaliar as informações geradas pelo Sistema de Medição de Desempenho do Mapa Estratégico, verificando as metas alcançadas, propondo soluções e assessorando a tomada de decisão da Alta Administração Naval,

sejam elas em reuniões do Conselho do Plano Diretor (COPLAN) ou do Conselho Financeiro e Administrativo da Marinha (COFAMAR). Dessa forma, a Gestão Estratégica é coordenada pelo Estado-Maior da Armada.



Navio Oceanográfico Antares em apoio ao Programa Nacional de Boias (PNBOIA)



5.2 – ESTRATÉGIAS NAVAIS E AÇÕES ESTRATÉGICAS NAVAIS

5.2.1 – Perspectiva “Resultados para a Sociedade”

OBNAV 1 - CONTRIBUIR PARA A DEFESA DA PÁTRIA

EN 1 – SISTEMÁTICA DE PLANEJAMENTO DE FORÇA

Esta Estratégia visa desenvolver uma Sistemática de Planejamento de Força para a MB, de forma a identificar uma Força crível, realista e em conformidade com as necessidades da sociedade.

AEN – DEFESA-1: Desenvolver a Sistemática de Planejamento de Força no âmbito da MB.

Descrição: Esta AEN visa estabelecer um Planejamento de Força para a MB, que possa identificar uma Força crível, realista e em conformidade com os interesses nacionais, de forma a atender os desafios existentes e futuros.

Responsável:
Estado-Maior da Armada (EMA).

AEN – DEFESA-2: Implantar a Defesa Proativa da Amazônia Azul.

Descrição: Implantar um sistema de defesa proativo, que, conforme descrito neste Plano, consoante o SisGAaz, dispõe de consciência situacional e agilidade decisória – por intermédio de uma estrutura de comando operacional e sistema de C2 que incorpore novas tecnologias de ciências de dados, como a Inteligência Artificial (IA) –, para conjugar tempestivamente os meios (autônomos e tripulados) que comporão a Marinha do Futuro (2040), dotados de capacidade móvel e/ou predispostos no Atlântico Sul, para assim neutralizar ameaças de toda ordem aos interesses nacionais, a partir de um esforço de prospecção tecnológica que incorpore inovações militares – cinéticas e não cinéticas, especialmente as disruptivas – à Força Naval e suas vertentes doutrinárias e organizacionais.

Responsável:
EMA.





OBNAV 2 – PROVER A SEGURANÇA MARÍTIMA

EN 2 – SEGURANÇA MARÍTIMA

Esta Estratégia visa reduzir de forma significativa a quantidade absoluta e relativa de incidentes e, principalmente, acidentes de navegação nas AJB. Além disso, visa incrementar a capacidade da MB em termos de operações ou cooperações que promovam a fiscalização das AJB a fim de garantir de forma plena os direitos de Soberania do País.

AEN - MARÍTIMA-1:

Incrementar o Sistema de Segurança do Tráfego Aquaviário (SSTA), nos ambientes marítimo e fluvial.

Descrição: Modernizar e integrar os subsistemas relacionados ao SSTA; ampliar e aperfeiçoar as ações de fiscalização do tráfego aquaviário, visando à segurança da navegação.

Responsável:
Comando de Operações Navais (ComOpNav).

AEN - MARÍTIMA-2:

Contribuir para a segurança da navegação.

Descrição: Modernizar e manter a rede de auxílios à navegação.

Responsável:
Diretoria-Geral de Navegação (DGN).



Segurança do Tráfego Aquaviário - Inspeção Naval





Equipe da Capitania em fiscalização do tráfego aquaviário

AEN – MARÍTIMA-3:

Incrementar a realização de Inspeção Naval (IN); Patrulhamento (PTMTO); e Patrulha Naval (PATNAV).

Descrição: ampliar a capacidade para executar ações que permitirão o emprego do poder naval de forma coercitiva em prol da segurança marítima.

Responsável:
ComOpNav.

AEN – MARÍTIMA-4:

Incrementar a capacidade da MB na contraposição às ameaças híbridas.

Descrição: A segurança marítima é afetada por ameaças híbridas, cujos objetivos são embarcações e portos comerciais, sistema de navegação, intranet, ambiente cibernético, cadeia de suprimento de energia, dentre outros, o que demanda a ampliação da capacidade de contraposição às ameaças híbridas de natureza variável.

Responsável:
ComOpNav.

OBNAV 3 – CONTRIBUIR PARA A GARANTIA DOS PODERES CONSTITUCIONAIS E DA LEI E DA ORDEM (GLO)**EN 3 - GLO**

Esta estratégia visa a contribuir para a Garantia dos Poderes Constitucionais e da Lei e da Ordem, nos ambientes marítimo, fluvial ou terrestre.

AEN - GLO-1: Garantir o preparo da MB para atuar em apoio aos Órgãos Governamentais para a Garantia dos Poderes Constitucionais e da Lei e da Ordem, nos ambientes marítimo, fluvial ou terrestre.

Descrição: Manter a capacidade de contribuir com os Órgãos Governamentais para a Garantia dos Poderes Constitucionais e da Lei e da Ordem.

Responsável:
ComOpNav /
Comando-Geral do Corpo de Fuzileiros Navais (CGCFN).





OBNAV 4 – COOPERAR COM O DESENVOLVIMENTO NACIONAL

EN 4 – MENTALIDADE MARÍTIMA

Esta Estratégia visa a ampliar a divulgação da mentalidade marítima na sociedade e nas pessoas diretamente envolvidas com o Poder Marítimo e congrega ações concretas desenvolvidas pela MB em cumprimento às atribuições subsidiárias de competência da Autoridade Marítima.

AEN - DESENVOLVIMENTO-1:

Contribuir com os órgãos governamentais e com a comunidade marítima na criação de *Clusters* Marítimos, estimulando a materialização da Política Marítima Nacional (PMN), por meio da interação com Ministérios, autarquias, entidades de classe, centros de estudo, universidades e escolas municipais, estaduais e federais.

Descrição: Buscar parcerias com estabelecimentos extra-MB para o desenvolvimento da mentalidade marítima na sociedade brasileira e de atividades de produção de conhecimento de caráter científico tecnológico dos espaços marítimos, bem como contribuir para a infraestrutura portuária e aquaviária.

Responsável:
DGN.

AEN - DESENVOLVIMENTO-2:

Atuar proativamente junto à comunidade marítima e aos organismos nacionais e internacionais relacionados aos assuntos marítimos de interesse nacional.

Descrição: Promover o intercâmbio de ideias com a comunidade marítima e organismos internacionais, de forma a compor uma Estratégia Marítima (Estratégia Azul) que materialize as políticas nacionais e convenções internacionais atinentes ao uso do mar. Também contempla o desenvolvimento científico-tecnológico de projetos ligados ao Poder Marítimo, com destaque para o uso sustentável e compartilhado do ambiente marinho e a implantação do *e-Navigation* (navegação aprimorada).

Responsável:
DGN.

AEN - DESENVOLVIMENTO-3:

Aperfeiçoar o Ensino Profissional Marítimo (EPM).

Descrição: Atender às demandas da Comunidade Marítima quanto ao desenvolvimento do EPM para portuários, aquaviários e trabalhadores afins, resguardando os interesses da MB; e fomentar a capacitação técnica do pessoal da Marinha Mercante, a fim de acompanhar as evoluções tecnológicas do setor, por meio de atualização de currículos de cursos para aquaviários e portuários.

Responsável:
DGN.

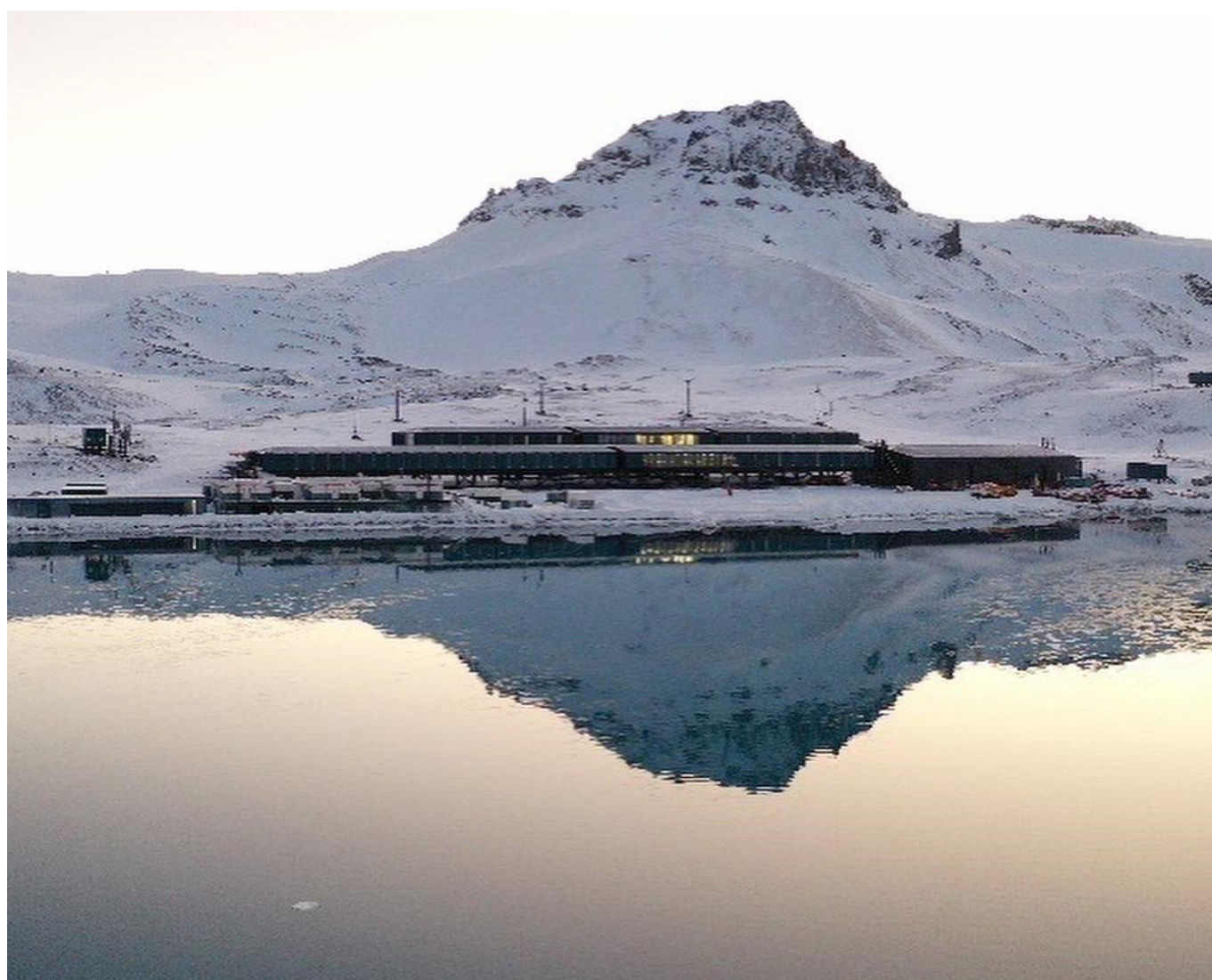




AEN - DESENVOLVIMENTO-4:
Apoiar a presença brasileira no continente Antártico.

Descrição: Desenvolver o Programa Antártico Brasileiro (PROANTAR): implantar a infraestrutura e a capacidade logística de apoio à pesquisa; restabelecer a operacionalidade da Estação Antártica Comandante Ferraz (EACF); e divulgar as atividades aos públicos interno e externo, especialmente para lideranças políticas.

Responsável:
Secretaria da Comissão Interministerial para os Recursos do Mar (SECIRM).



Nova Estação Antártica Comandante Ferraz



AEN - DESENVOLVIMENTO-5:

Fortalecer a Comissão Intermistrial para os Recursos do Mar (CIRM).

Descrição: A CIRM, colegiado composto por representantes de diversos órgãos e ministérios, coordenado pelo Comandante da Marinha, trata dos assuntos relativos à consecução da Política Nacional para os Recursos do Mar (PNRM) e da Política Nacional para Assuntos Antárticos (POLANTAR), executadas por Programas e Planos Setoriais voltados para o conhecimento e o aproveitamento sustentável dos recursos naturais das áreas marinhas e costeiras, fundamentais à defesa dos interesses e ao protagonismo do Brasil no Atlântico Sul, bem como para a garantia de seus objetivos no Continente Antártico.

A atualização dessas políticas, a valoração dos recursos do mar (Economia Azul) e a implementação de uma moldura operacional e jurídica, indispensável para a governança da Amazônia Azul (Planejamento Espacial Marinho), fortalecerão a CIRM e sua integração aos demais órgãos colegiados que dispõem sobre assuntos marítimos.

Responsável:
SECIRM.

OBNAV 5 - APOIAR A POLÍTICA EXTERNA**EN 5.1 - ZOPACAS**

Esta Estratégia visa a incrementar o nível de relacionamento com as Marinhas Amigas componentes da Zona de Paz e Cooperação do Atlântico Sul (ZOPACAS).

AEN - POLÍTICA EXTERNA-1:

Fomentar e incrementar a participação das Marinhas Amigas na Zona de Paz e Cooperação do Atlântico Sul.

Descrição: Realizar ações que visem ao aumento da interação entre as nações que compõem essa Zona de Paz e Cooperação, tornando mais concreta a parceria em matéria de defesa e segurança no Atlântico Sul.

Responsável:
EMA.



**EN 5.2 – Operações de Paz e Humanitárias (OpPazHum)**

Esta estratégia visa a ampliar a participação de Navios e Grupamentos Operativos de Fuzileiros Navais, bem como de Oficiais e Praças da MB, em Operações de Paz e Humanitárias.

AEN – POLÍTICA EXTERNA-2:

Ampliar a participação de Navios e Grupamentos Operativos de Fuzileiros Navais, bem como de Oficiais e Praças da MB, em Operações de Paz e Humanitárias.

Descrição: Realizar ações que incrementem a capacitação, o adestramento e a prontidão de meios navais e de fuzileiros navais, bem como de militares da MB, para a participação em Operações de Paz e Humanitárias.

Responsável:
ComOpNav / CGCFN.

5.2.2 - Perspectiva "Processos"**OBNAV 6 - MODERNIZAR A FORÇA NAVAL****EN 6.1 – PROGRAMA NUCLEAR DA MARINHA (PNM)**

Visa obter a independência do desenvolvimento tecnológico do Ciclo do Combustível Nuclear e Planta Nuclear Embarcada, fundamentais para o projeto e construção do submarino com propulsão nuclear, contribuindo para conferir nova dimensão à Defesa Nacional.

AEN - FORÇA NAVAL-1:

Desenvolver o Programa Nuclear da Marinha (PNM).

Descrição: Possuir a capacidade de executar de forma autóctone as fases principais do ciclo do combustível nuclear, bem como o protótipo para o reator do submarino convencional de propulsão nuclear (SN-BR).

Responsável:
Diretoria-Geral de Desenvolvimento Nuclear e Tecnológico da Marinha (DGDNTM).

EN 6.2 – CONSTRUÇÃO DO NÚCLEO DO PODER NAVAL

Visa substituir meios navais, aeronavais e de fuzileiros navais que ultrapassaram ou estão próximos de ultrapassar sua vida útil.

AEN - FORÇA NAVAL-2:

Executar o Programa de Submarinos (PROSUB).

Descrição: Gerir o programa de construção de submarinos convencionais e de submarino convencional de propulsão nuclear, dois estaleiros, uma base naval e um complexo de manutenção especializada.

Responsável:
DGDNTM.



**AEN - FORÇA NAVAL-3:**

Obter navios de superfície para compor o Poder Naval (PROSUPER e programas específicos).

Descrição: Obter os seguintes meios: Navio com capacidade de Controle de Áreas Marítimas (NCAM) capaz de operar com aeronaves de asa fixa, rotativa e/ou remotamente pilotadas, Navios Escolta, Navio de Apoio Logístico Móvel, Navios Anfíbios, Navio Escola, Navios de Contramedidas de Minagem, Avisos de Instrução para a Escola Naval e Colégio Naval.

Responsável:

Diretoria-Geral do Material da Marinha (DGMM).

AEN - FORÇA NAVAL-4:

Obter Navios-Patrolha para compor o Poder Naval (PRONAPA).

Descrição: Obter Navios-Patrolha a serem empregados na proteção da Amazônia Azul.

Responsável:

DGMM.

AEN - FORÇA NAVAL-5:

Obter Navios Hidroceanográficos e Navios de Apoio Antártico (PROHIDRO).

Descrição: Obter os navios a serem empregados na Amazônia Azul e em águas polares, em proveito do Poder Naval, segurança da navegação e do desenvolvimento científico da Antártica.

Responsável:

DGMM.



Navios da MB em operação na Antártica





AEN - FORÇA NAVAL-6:
Obter aeronaves para compor o Poder Naval (PROAERO).

Descrição: Obter aeronaves de asa fixa, rotativa e/ou remotamente pilotadas para missões de combate e de apoio; simulador de voo tático para helicópteros; helicópteros antissubmarino e de esclarecimento e ataque; helicópteros de emprego geral de médio porte; helicópteros de instrução (HI); e helicópteros de emprego geral de pequeno porte (HUP).

Responsável:
DGMM.

AEN - FORÇA NAVAL-7:
Garantir o poder de combate necessário para o emprego do Poder Naval por meio da aquisição de material para atendimento da Dotação do Corpo de Fuzileiros Navais (PROADSUMUS).

Descrição: Ampliar e modernizar os equipamentos do CFN, de modo a assegurar as capacidades operativas esperadas pela MB.

Responsável:
CGCFN.



Entrada do Carro Lagarta Anfíbio (CLANF) em arrebentação para início do deslocamento marítimo





EN 6.3 – PODER NAVAL DO FUTURO

Visa reduzir o hiato tecnológico existente de forma a permitir não apenas o desenvolvimento de tecnologias chave, mas principalmente viabilizar sua aplicação no Poder Naval por meio de Conceitos Estratégicos e Doutrinários, de forma a modernizar os meios atuais ou por obtenção de novos meios, que consigam confrontar os Desafios de Médio e Longo prazos.

AEN - FORÇA NAVAL-8:

Obter o Sistema de Aeronaves Remotamente Pilotadas Embarcadas (SARP-E).

Descrição: obter SARP-E para contribuir para a obtenção da consciência situacional marítima em defesa da Amazônia Azul, incluindo o apoio às operações de Fuzileiros Navais.

Responsável:
DGMM.

AEN - FORÇA NAVAL-9:

Desenvolver a capacidade de Defesa Biológica, Nuclear, Química e Radiológica (DefBNQR).

Descrição: Incrementar a capacidade de realizar ações de Defesa BNQR em estreita cooperação com o órgão central do Sistema Nacional de Proteção e Defesa Civil (SINPDEC) e o Sistema de Proteção ao Programa Nuclear Brasileiro (SIPRON).

Responsável:
CGCFN.



Companhia de Defesa BNQR realizando desinfecção em áreas públicas



**AEN - FORÇA NAVAL-10:**

Desenvolver no País os produtos aplicados em navios, aeronaves e de equipamentos para os Fuzileiros Navais.

Descrição: Desenvolver projetos de equipamentos e sistemas que possuam alto conteúdo tecnológico, de aquisição restrita no exterior e que contribuirão para o desenvolvimento da Base Industrial e Tecnológica de Defesa.

Responsável:
DGDNTM / CGCFN.

AEN - FORÇA NAVAL-11:

Promover a sistematização do desenvolvimento de conceitos estratégicos e doutrinários da MB.

Descrição: Realizar a atualização organizacional do Estado-Maior da Armada (EMA) visando à sistematização do desenvolvimento de conceitos estratégicos e doutrinários que possam orientar o desenvolvimento de tecnologias, técnicas e procedimentos para enfrentar os desafios ao Poder Naval até 2040.

Responsável:
EMA.

AEN - FORÇA NAVAL-12:

Desenvolver o programa “Esporão”.

Descrição: Executar os projetos do Míssil Antinavio Nacional (MANSUP) e Antinavio Ar-Superfície (MANAER).

Responsável:
DGMM.



Lançamento de protótipo do Míssil Antinavio de Superfície (MANSUP)



EN 7.1 - OCOP

Visa contribuir para a melhora da disponibilidade dos meios navais, aeronavais e de fuzileiros navais existentes por meio de processos de modernização e revitalização exequíveis e com custo adequado à realidade orçamentária da MB e incrementar o poder combatente por meio de modernização dos sistemas de combate.

AEN - OCOP-1:

Manutenir/modernizar os meios de superfície, submarinos, aeronavais e de Fuzileiros Navais existentes na MB.

Descrição: Manter, no mínimo, a disponibilidade de 65% dos navios, submarinos, aeronaves e material de combate de Fuzileiros Navais de forma a cumprirem a Missão da Marinha.

Responsável:
DGMM / CGCFN.



Desembarque de Fuzileiros Navais em Operação Anfíbia por meio de CLANF

**EN 7.2 – AMPLIAÇÃO DA CAPACIDADE DE APOIO LOGÍSTICO PARA OS MEIOS OPERATIVOS**

Visa manter a capacidade operacional dos sistemas e equipamentos dos meios de superfície, submarinos e aeronavais existentes e dos futuros, à luz do processo de Gestão do Ciclo de Vida (GCV); manter a quantidade ideal de munição e armamento para garantir o aprestamento do Poder Naval; incrementar a Gestão Estratégica nas OMPS-I e OMPS-E; executar as etapas preparatórias do Plano de Mobilização Marítima; e incrementar a interoperabilidade da MB com as demais Forças Armadas e Agências relacionadas à Segurança e Defesa.

AEN - OCOP-2: Executar obtenção/modernização de Sistemas de Armas dos navios da MB (PROCOMBATE).

Descrição: Aprestar os sistemas de armas dos navios da MB; manter os níveis de munição convencional; manter os níveis de munição inteligente; modernizar o sistema de combate dos navios e submarinos; e executar, quando necessária, a obtenção/modernização de armas, acessórios, equipamentos bélicos e sensores.

Responsável:
DGMM.

AEN - OCOP-3:
Promover o desenvolvimento operacional da MB para a Defesa Nacional, com foco na capacidade de mobilização.

Descrição: Desenvolver, por meio de parcerias estratégicas com o setor industrial marítimo, a elaboração de projetos de construção ou adaptação de Navios para uso dual (comercial e militar). Dessa forma, deverão ser supridas as carências de equipamentos da MB para a defesa dos interesses nacionais com o fortalecimento da capacidade de mobilização marítima.

Responsável:
EMA.

AEN - OCOP-4:
Ampliar a capacidade da MB em termos de interoperabilidade e de operações interagências.

Descrição: Ampliar a capacidade de operação com as demais Forças Singulares (FS) e com órgãos governamentais, visando ações sinérgicas nos campos tático, operacional e logístico, respeitando a especificidade da MB, incluindo e fortalecendo a participação do Centro Integrado de Segurança Marítima (CISMAR) nas operações.

Responsável:
ComOpNav.



**AEN – OCOP-5:**

Aprimorar a Gestão /Coordenação Estratégica das Organizações Militares Prestadoras de Serviços Industriais (OMPS-I), incluindo o Complexo Naval de Itaguaí (CNI), no sentido de garantir a capacidade operacional dos sistemas e equipamentos dos meios operacionais, em parceria com a Base Industrial de Defesa.

Descrição: Atualizar a gestão/coordenação das atividades das OMPS-I e do CNI, no sentido de capacitar o desenvolvimento de projetos de engenharia e manutenção dos meios operativos, à luz do processo de Gestão do Ciclo de Vida (GCV).

Responsável:
DGMM.

AEN - OCOP-6:

Implementar a Gestão do Ciclo de Vida (GCV) na MB.

Descrição: Implementar as atividades sistemáticas afetas à GCV, a fim de assegurar que os requisitos que condicionam a obtenção /manutenção de meios navais e outros sistemas sejam devidamente elaborados, implementados, mantidos e atualizados ao longo de todo o seu ciclo de vida, desde a fase de concepção até a de desfazimento, buscando-se uma efetiva relação entre a máxima operacionalidade x custos envolvidos.

Responsável:
DGMM / CGCFN.

OBNAV 8 - DESENVOLVER A CAPACIDADE CIBERNÉTICA DA MB

EN 8 – DEFESA CIBERNÉTICA

Visa garantir que, de forma ideal, todas as OM da MB estejam protegidas contra quaisquer ações de agentes adversos no campo cibernético. No mínimo, esta proteção deverá estar assegurada para todas as OM avaliadas estrategicamente, instalações críticas, ou que sejam responsáveis pela gestão de conhecimento sensível.

AEN - CIBER-1: Criar o Esquadrão de Guerra Cibernética (EsqdGCiber), com o propósito de coordenar os recursos e as ações de Guerra Cibernética, desenvolver procedimentos e adquirir ferramentas de inteligência cibernética.

Descrição: Criar um Esquadrão com disponibilidade de recursos materiais e humanos adequados, bem como o desenvolvimento de doutrina e regulamentação para o planejamento, a coordenação e o controle das atividades de caráter operacional referentes à Guerra Cibernética.

Responsável:
ComOpNav.



Aeronave Remotamente Pilotada *Scan Eagle***OBNAV 9 - APRIMORAR AS INTELIGÊNCIAS ESTRATÉGICA E OPERACIONAL****EN 9 – Sistema de Inteligência da Marinha (SIMAR)**

Visa realizar a reestruturação do Sistema de Inteligência da Marinha (SIMAR), melhorar a qualidade dos conhecimentos operacionais obtidos e incrementar a participação da Inteligência Estratégica no processo do Planejamento de Força.

AEN - INTEL-1: Desenvolver a capacidade de interceptação de comunicações por satélite e incrementar a produção de conhecimentos operacionais na área de fontes de sinais, principalmente os relativos aos dados obtidos pela Rede de Radiogoniometria de Alta Frequência (RRGAF).

Descrição: Desenvolver a capacidade de interceptação de comunicações por satélite, em virtude do aumento do emprego desse modal por embarcações estrangeiras operando em AJB.

Responsável:
ComOpNav.

AEN - INTEL-2:
Desenvolver o Sistema de Inteligência da Marinha (SIMAR).

Descrição: Desenvolver o SIMAR, sendo prevista a sua reestruturação, de forma a promover a sinergia dos esforços do órgão central e das agências de inteligência da MB, em função das novas demandas e novas capacidades tecnológicas de informação.

Responsável:
Centro de Inteligência da Marinha.





OBNAV 10 - AMPLIAR A CONSCIÊNCIA SITUACIONAL MARÍTIMA (CSM) NAS ÁREAS DE INTERESSE DA MB

EN 10 – SISTEMA DE GERENCIAMENTO DA AMAZÔNIA AZUL (SisGAAz)

Visa incrementar a capacidade de detecção, localização, acompanhamento, identificação e interceptação dos contatos que estejam nas AJB.

AEN - CSM-1: Desenvolver o Sistema de Gerenciamento da Amazônia Azul (SisGAAz).

Descrição: Desenvolver a capacidade de monitoramento e o controle das Águas Jurisdicionais Brasileiras (AJB) e as áreas internacionais de responsabilidade para operações de Socorro e Salvamento (SAR), assegurando, ainda, a Consciência Situacional Marítima no entorno estratégico, particularmente no Atlântico Sul. O sistema será composto de centros de comando e controle e sensores que receberão em tempo real as informações de interesse nacional, com objetivo de proteger o patrimônio nacional e as linhas de comunicação marítimas, além de aprimorar a segurança marítima.

Responsável:
DGMM.

AEN - CSM-2: Aprimorar a estrutura do Sistema de coleta, processamento e disseminação de dados ambientais, permitindo a implantação do conceito de *e-navigation* (navegação aprimorada) nas AJB.

Descrição: Modernizar a capacidade de coleta, de processamento e de elaboração de produtos e serviços de dados ambientais marinhos, de monitoramento e de fiscalização do cumprimento da legislação e das normas da Autoridade Marítima para a segurança da navegação e incidentes de poluição.

Responsável:
DGN.





AEN - CSM-3: Aprimorar a base de dados ambientais integrada para produtos e serviços cartográficos e meteoceanográficos.	Descrição: Integrar os bancos de dados cartográficos, hidrográficos, meteoceanográficos e de auxílios à navegação.	Responsável: DGN.
AEN - CSM-4: Pesquisar elementos de interesse estratégico nas AJB e no Atlântico Sul.	Descrição: Realizar levantamentos hidrográficos, oceanográficos, meteorológicos, geológicos e geofísicos em áreas estratégicas de interesse do País, inclusive aquelas além da Plataforma Continental; ampliar as atividades científicas nas ilhas oceânicas; atuar no fomento à pesquisa marinha, por meio da articulação com órgãos governamentais, socioeconômicos, comunidade acadêmica e científica.	Responsável: DGN / SECIRM.

5.2.3 - Perspectiva "Institucional"

OBNAV 11 - APRIMORAR A GESTÃO DE PESSOAS

EN 11 - "PESSOAL – NOSSO MAIOR PATRIMÔNIO"

Visa aperfeiçoar os sistemas e os procedimentos relacionados à gestão de pessoal, a fim de prover à Força a pessoa certa, com a capacitação adequada, no lugar e no momento certos, visando ao cumprimento da Missão da MB. Sua execução permitirá desenvolver as competências intelectual e militar-naval, bem como a higidez física e psicossocial de nossa Força de Trabalho.

AEN - PESSOAL-1: Incorporar a Gestão por competências na administração de recursos humanos da MB.	Descrição: Incorporar novos processos e técnicas de gerenciamento de pessoas e carreiras, em especial a Gestão por Competências, buscando aprimorar a aplicação dos recursos humanos na MB.	Responsável: Diretoria-Geral do Pessoal da Marinha (DGPM) / CGCFN.
AEN - PESSOAL-2: Aprimorar a capacitação de pessoal da MB.	Descrição: Capacitar o pessoal da MB no processo de Gestão do Ciclo de Vida (GCV), operação e manutenção dos meios de superfície, submarinos, aeronavais e de equipamentos de combate dos Fuzileiros Navais que serão empregados no futuro. Envolve a infraestrutura e os processos utilizados pelo Sistema de Ensino Naval (SEN) e pela Rede de Ensino de Pós-graduação e Qualificação Especial da MB na formação, na capacitação física, no exercício da liderança e aperfeiçoamento contínuo do nosso pessoal para o enfrentamento dos desafios impostos pela Era do Conhecimento.	Responsável: DGPM / CGCFN.





AEN - PESSOAL-3:
Aprimorar a saúde integrada da MB.

Descrição: Aprimorar os serviços de saúde e infraestrutura associadas para permitir que os recursos humanos da Força desempenhem suas tarefas com o máximo de eficiência física e psicológica, incluindo a elaboração de um Plano de Concentração Logística que contemple a ampliação e o aprimoramento do Centro Médico Assistencial da Marinha e do Núcleo de Coordenação de Atendimento à Terceira Idade.

Responsável:
DGPM.

AEN - PESSOAL-4:
Aprimorar o apoio à Família Naval.

Descrição: Executar ações de apoio ao núcleo familiar de militares e servidores civis, buscando minimizar as interferências de situações sociais, psicológicas e jurídicas adversas que possam comprometer os recursos humanos da MB no desempenho de suas tarefas.

Responsável:
DGPM.

AEN - PESSOAL-5:
Aprimorar o Programa Olímpico da Marinha (PROLIM).

Descrição: Promover o desenvolvimento do desporto nacional, com ênfase nos esportes náuticos e aquáticos, a fim de contribuir para a transformação do Brasil numa potência olímpica, fortalecer a mentalidade marítima e projetar a imagem da Força.

Responsável:
CGCFN.



Entrega do Prêmio Brasil Olímpico 2019 aos atletas da MB



**OBNAV 12 - APERFEIÇOAR A GESTÃO ORÇAMENTÁRIA, FINANCEIRA E ADMINISTRATIVA****EN 12 – GESTÃO ADMINISTRATIVA**

Visa garantir os recursos orçamentários fixados em Lei e a sua eventual ampliação com objetivo de atender às despesas discricionárias, incluindo as Ações Estratégicas Navais contidas neste Plano; evoluir a gestão das OM como resultado da adequada aplicação dos instrumentos de gestão, bem como pelo robustecimento das estruturas de governança corporativa da Força; implantar a gestão de custos na MB; promover o desempenho adequado da Logística da MB; e aprimorar a comunicação social da MB com o público de interesse.

AEN - ADM-1:

Obter recursos orçamentários e/ou extraorçamentários visando à consecução dos programas da Marinha.

Descrição: Atuar permanentemente junto aos Poderes Legislativo e Executivo, buscando obter a ampliação dos tetos orçamentários bem como a garantia dos recursos orçamentários e financeiros fixados em lei. Buscar fontes alternativas de recursos mediante parcerias com órgãos e instituições, públicos e privados.

Responsável:
Secretaria-Geral da Marinha (SGM).



Militares da Diretoria de Finanças da Marinha





<p>AEN - ADM-2: Otimizar os recursos humanos, materiais e financeiros, por meio da melhoria da gestão da MB.</p>	<p>Descrição: Incrementar a eficiência dos processos, por meio da efetiva aplicação dos instrumentos de gestão (contratos de gestão, contabilidade gerencial e de custos, planejamento e gestão estratégica, análise e melhoria de processos, gestão por qualidade, entre outros), bem como pelo fortalecimento dos princípios básicos da governança corporativa (transparência, equidade, prestação de contas e responsabilidade corporativa).</p>	<p>Responsável: SGM.</p>
<p>AEN - ADM-3: Aprimorar a gestão de custos na Marinha do Brasil.</p>	<p>Descrição: Aprimorar a gestão de custos no âmbito da MB, de forma a possibilitar o apoio à tomada de decisão, pela Administração Naval. Tal ação contribuirá para a elaboração dos custos das ações estratégicas constantes deste Plano.</p>	<p>Responsável: SGM.</p>
<p>AEN - ADM-4: Aprimorar a interação do PPA ao Planejamento Estratégico da Marinha.</p>	<p>Descrição: Atuar para que o PPA contemple as necessidades orçamentárias decorrentes do PEM e dos Planos de Direção Setorial, de modo a aprimorar o alinhamento estratégico-orçamentário.</p>	<p>Responsável: SGM.</p>
<p>AEN - ADM-5: Aprimorar a Infraestrutura (IE) e distribuição das instalações terrestres das Organizações Militares (OM) do CFN.</p>	<p>Descrição: Criar, modernizar e ampliar as OM do CFN.</p>	<p>Responsável: CGCFN.</p>





AEN - ADM-6: Aperfeiçoar o desempenho da Logística da MB.

Descrição: Estabelecer níveis de serviço do Sistema de Abastecimento da Marinha (SAbM), em patamares adequados e compatíveis com as disponibilidades orçamentárias e consolidar um Plano de Concentração Logística, no setor operativo, que contemple a ampliação e aprimoramento dos Centros de Intendência, contribuindo para a sua prontidão operativa.

Responsável:
SGM.



Abastecimento do Hospital Naval Marcílio Dias

AEN - ADM-7: Aprimorar a comunicação da MB com os públicos de interesse.

Descrição: Aperfeiçoar os processos comunicacionais, a fim de efetivar a interação com o público externo. Fortalecer a convicção e a coesão do público interno. Reposicionar a Comunicação Social na MB, tendo em vista o caráter estratégico da atividade.

Responsável:
Centro de Comunicação Social da Marinha (CCSM).





5.3 – PROGRAMAS ESTRATÉGICOS DA MARINHA DO BRASIL

A partir de sua Identidade Estratégica e seus OBNAV, com as respectivas EN e AEN necessárias para alcançá-los, advém a necessidade da MB em constituir uma Força moderna, aprestada e motivada, composta por meios, pessoal e material compatíveis com os desafios identificados ao longo do seu processo de planejamento estratégico.

Dessa forma, a MB organiza as suas necessidades em Programas Estratégicos. Tal sistemática está alinhada às melhores práticas de governança e gestão de recursos públicos, contribuindo com a eficiência do investimento estatal e o desenvolvimento da área de Defesa. Nesse sentido, sete programas estratégicos da MB foram concebidos:

a) Pessoal – Nosso Maior Patrimônio

O Programa busca aperfeiçoar os sistemas e os procedimentos relacionados à gestão de pessoal, a fim de prover à Força a pessoa certa, com a capacitação adequada, no lugar e no momento certos, visando ao cumprimento da missão da MB. Além disso, congrega subprogramas e projetos em execução ou em planejamento, concentrados em cinco eixos estratégicos: Modernização da Gestão do Pessoal, Aprimoramento da Capacitação, Saúde Integrada, Família Naval e Programa Olímpico da Marinha (PROLIM).

Sua execução permitirá desenvolver as competências intelectual e militar-naval, bem como a higidez física e psicossocial de nossa Força de Trabalho.

b) Programa Nuclear da Marinha (PNM)

O PNM é de grande relevância estratégica para o Poder Naval, por considerar que seus dois projetos principais – Ciclo do Combustível Nuclear e Planta Nuclear Embarcada – são fundamentais para o projeto e construção do submarino convencional com propulsão nuclear, meio que conferirá nova dimensão à Defesa Nacional. Adicionalmente, representa um efeito multiplicador do esforço tecnológico da MB,

concretizado pela grande variedade de materiais, componentes e equipamentos que passarão a ser projetados e fabricados no País. O conhecimento alcançado com o domínio do ciclo do combustível também tem caráter dual em prol dos setores energético, saúde e agroindustrial, entre outros.

c) Construção do Núcleo do Poder Naval

O Programa de Construção do Núcleo do Poder Naval é de caráter estratégico e inclui subprogramas e projetos relacionados à obtenção de meios, como o Programa de Submarinos (PROSUB), o Programa de Obtenção das Fragatas Classe Tamandaré (PCT), o Programa de Obtenção de Meios Hidroceanográficos (PROHIDRO) e os subprogramas relacionados à manutenção e consolidação do poder de combate do CFN, como o PROADSUMUS, visando a aumentar a capacidade operacional da MB para o atendimento de sua missão constitucional.

Sob o ponto de vista econômico, uma das características deste Programa é o seu potencial para alavancar o desenvolvimento da indústria nacional e segmentos correlatos, favorecendo o estabelecimento de “clusters marítimos”, com geração de empregos qualificados, diretos e indiretos.





d) Obtenção da Capacidade Operacional Plena (OCOP)

A OCOP tem como propósito a manutenção ou modernização de instalações e meios existentes, incluindo a manutenção de dotações de sobressalentes, armas e munições. Além disso, o Programa está alinhado com o Objetivo Nacional de Defesa constante da PND para a promoção da autonomia produtiva e tecnológica na área de defesa, que prevê a incorporação de tecnologias com conteúdo nacional de uso dual, com perspectivas relevantes de geração e sustentação de empregos diretos e indiretos.

e) Sistema de Gerenciamento da Amazônia Azul (SisGAAz)

O SisGAAz tem por objetivo monitorar e controlar, de forma integrada, as AJB e as áreas internacionais de responsabilidade para operações de Socorro e Salvamento (SAR – *Search and Rescue*), a fim de contribuir para agilizar o ciclo decisório, assegurando assim a capacidade de pronta resposta a qualquer ameaça, emergência, agressão ou ilegalidade.

O monitoramento da área de cobertura do SisGAAz disponibilizará um conjunto de informações que servirão de insumos para a tomada de decisões e, quando aplicável, o estabelecimento de medidas de reação a uma ameaça ou a uma emergência identificada.

f) Ampliação da Capacidade de Apoio Logístico para os Meios Operativos

Em atendimento à END, foi apontada a necessidade de o País estabelecer, nas proximidades da foz do rio Amazonas, um complexo naval de uso múltiplo.

Esse Complexo ampliará a capacidade de negação do uso do mar, de controle de áreas marítimas e de projeção de poder, com ênfase nas operações e ações de guerra naval no Atlântico Sul, com prioridade para o litoral norte e nordeste, inclusive garantindo a defesa em profundidade da foz do rio Amazonas. Tal esforço resultará no aumento da capacidade de defesa e

de segurança da Amazônia Azul, e fortalecerá a dissuasão estratégica. Além disso, representará uma ampliação da presença da Marinha na região e a consequente ampliação da mentalidade marítima nacional, bem como contribuirá para o fomento da BID e para a geração de empregos, com destaque para as iniciativas na construção civil, dentre outras.

Adicionalmente, devemos analisar o desenvolvimento da capacidade de defesa do litoral do Brasil. Nesse contexto, têm destaque as áreas de Belém, São Luís, Recife, Salvador, Rio de Janeiro, Itaguaí e Itajaí.

g) Mentalidade Marítima

O programa atua na conscientização da sociedade em três níveis de inserção. Prevê ações de comunicação estratégica que avivem a consciência coletiva nacional para o fato de que o Brasil começou pelo mar e com ele deve buscar sua realização plena. Em seguida, uma forte atuação no nível dos atores governamentais com o intuito de promover um pensamento estratégico marítimo autóctone, fomentador de políticas públicas assertivas relacionadas ao mar. Em terceiro nível, enfoca o principal elemento e núcleo maduro do Poder Marítimo, os homens e mulheres do mar, que têm suas vidas a ele diretamente relacionadas. Estimula o sentimento de pertencimento desses atores à comunidade marítima brasileira e sua interação sinérgica em prol dos interesses nacionais.

Nesse sentido, cabe destacar a Visão de Futuro da MB como Autoridade Marítima, sendo uma instituição pronta, crível e de grande disponibilidade e capilaridade, a qual coopere de forma sinérgica a nível nacional e internacional, com os demais atores do ambiente marítimo e fluvial. Suas ações promoverão o incremento da mentalidade marítima na Sociedade, contribuindo de forma significativa para impulsionar o nosso Poder Marítimo e empregando, como um dos seus principais instrumentos, o Ensino Profissional Marítimo (EPM).

No tocante à segurança da navegação, o programa congrega ações concretas desenvolvidas pela MB em cumprimento às atribuições subsidiárias





de competência da Autoridade Marítima. O desenvolvimento do comércio e das atividades marítimas no Brasil, na última década, intensificou as atividades nas AJB, impulsionando um aumento de tarefas realizadas pelas OM com atribuições no Sistema de Segurança do Tráfego Aquaviário. À MB estão atribuídas as tarefas de Autoridade Marítima, a quem cabe, dentre outras, normatizar e fiscalizar as leis nacionais e as convenções e resoluções internacionais, ratificadas pelo Estado Brasileiro, aplicáveis às AJB. Por essa razão, é imprescindível formular este programa em razão da importância que as hidrovias marítimas e interiores, os portos, os navios, a geração de energia alternativa, a pesca, o turismo, a recreação náutica, a pesquisa, exploração e aproveitamento do petróleo, gás natural e outros recursos minerais e a indústria naval representam para a Nação.

5.4 – CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conforme mencionado na introdução deste capítulo, é importante observar que as AEN, sob responsabilidade dos setores específicos, deverão ser consideradas como Objetivos de Direção Setorial dos Planos de Direção Setorial (PDS), nos quais serão detalhadas e desdobradas em ações decorrentes.

Com este Plano, a MB, por intermédio de sua Gestão Estratégica, terá o desafio de articular o longo e médio prazos com o curto prazo, aprimorando e aperfeiçoando as Estratégias Navais e as metas dos Sistema de Medição de Desempenho Organizacional a fim de alcançar a Visão de Futuro da MB.

As AEN aqui apresentadas resultam de um trabalho colaborativo de todos os setores da MB, tendo a Política Naval como farol e as Estratégias Navais como propulsores, provendo orientação firme e segura para que nossos Marinheiros, Fuzileiros e Servidores Cíveis garantam o cumprimento da Missão da MB.



Projeto do Submarino Convencional com Propulsão Nuclear Álvaro Alberto - SN10







